

Mansur Mahmud Said junior

## **O TRATADO DE METHUEN E A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL**

Monografia apresentada à coordenação do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para a obtenção da graduação do curso, orientação do Prof. Dr. Igor Zanoni Carneiro Leão.

CURITIBA  
2006

**TERMO DE APROVAÇÃO:**

**Mansur Mahmud Said Junior**

**O TRATADO DE METHUEN E A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL**

Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora.

Orientador:



---

Igor Zanoni Constant Carneiro Leão  
Doutor  
Universidade Estadual de Campinas



---

Luiz Xiscatti  
Bacharel  
Universidade Federal do Paraná



---

Othon Juruá Rolim de Souza Reis  
Mestre  
Universidade Federal do Paraná

## Sumário

RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA MINERAÇÃO NO BRASIL.....	03
1.1. A Colonização e o Povoamento no Brasil (1500-1530).....	03
1.2. Mineração no Brasil Colônia (1530-1808).....	05
1.2.1. Os Bandeirantes abrindo caminho pelo sertão à procura de metais.....	07
1.2.1.1. A Guerra dos Emboabas.....	07
1.3. Entradas e Bandeiras.....	08
1.4. O Ciclo do Ouro e a Mineração Brasileira.....	10
1.4.1. A Articulação Econômica e Social.....	11
1.4.2. O Controle do Contrabando e a Administração das Minas pela corte.....	12
1.4.2.1. Distrito de Diamantino.....	16
1.4.3. O Declínio da Mineração.....	17
1.5. O Ouro Paranaense.....	18
1.5.1. As Minas de Ouro e a Casa de Fundição.....	18
1.6. O Declínio do ouro e a ascensão agrícola.....	21
CAPÍTULO II - FATOS HISTÓRICOS DO TRATADO DE METHUEN, AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E INGLATERRA.....	22
2.1. Os Antecedentes Econômicos de ambas as partes para o Tratado.....	24
2.1.1. As Novas Relações Comerciais entre Portugal e Inglaterra.....	29
CAPÍTULO III - O TRATADO DE METHUEN E O FINANCIAMENTO INGLÊS.....	32
3.1. A Produção agrícola portuguesa se especializou em vinhos.....	33
3.2. O Tratado e Algumas de suas Interpretações.....	34
3.3. A Expansão Napoleônica, O Bloqueio Continental e a Vinda da Família Real para o Brasil.....	38
3.3.1. As Conseqüências do Bloqueio para Portugal.....	43
3.4. As Providências econômicas tomadas no Brasil.....	44

CONCLUSÃO.....	48
LISTA DE ANEXOS	
ANEXO I - Mapa de 1600. Domínio Português da União Ibérica.....	50
ANEXO II - Mapa do Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha.....	51
ANEXO III - Mapa de 1653. Minas e a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá.....	52
LISTA DE QUADROS	
QUADRO I – Quadro da evolução demográfica da colônia.....	11
QUADRO II – Quantidade do ouro extraído.....	17
QUADRO III – Quadro do imposto capitação na Vila de Nossa Senhora do Rosário.....	20
QUADRO IV – Exportação de vinhos para a Inglaterra de 1675 à 1789.....	31
LISTA DE FIGURAS	
FIGURA I – Mapa das capitâneas hereditárias.....	26
FIGURA II – Mapa do domínio português.....	27
BIBLIOGRAFIA.....	53

## Resumo

A mineração brasileira foi responsável por mandar ouro a Inglaterra para sustentar suas importações de tecidos que eram de longe superiores as exportações de vinhos segundo o proposto pelo tratado de Methuen. Estas transações comerciais foram influenciando negativamente a balança comercial lusitana e o único modo de sustentar suas importações era direcionando toda a sua exploração colonial a coroa britânica.

Na colônia, o ouro atraiu para Minas Gerais, depois dos primeiros achados, grande parte da população da colônia e até do resto do mundo, com a simples ilusão de explorar e enriquecer rapidamente.

A metrópole começou a controlar essa atividade para auferir algum lucro, pois despertou a atenção de todos. Várias maneiras para efetuar um controle rígido e tirar parte desta riqueza em forma de impostos e outros métodos foram implantadas até que a Casa de Fundição se tornou a mais importante, o principal meio de retirada e controle do imposto quinto, que representava 20% de todo ouro explorado pelos mineradores, conforme as vontades do rei português.

Além dos impostos, Portugal arrecadava ouro da colônia através do comércio obrigatório entre a colônia e a metrópole, inviabilizando a produção interna que muitas vezes era proibida pela coroa lusitana.

Um acordo que na teoria parecia ser interessante para ambos, na verdade acabou provocando uma desestabilização na economia lusitana.

São duas as causas principais para tal desestabilização, a primeira é que as manufaturas inglesas eram mais caras que os vinhos portugueses, ou seja, tinha um valor agregado maior e portanto precisava de maior quantidade de vinho para comprar dada remessa de tecidos, a segunda é que todas as transações entre os países eram intermediadas por navios de bandeira britânica e para tanto, fretes caríssimos eram cobrados para os transportes dessas mercadorias.

Além dessas duas causas citadas, havia o aspecto dos luxos vividos pela coroa portuguesa, que ostentavam seus palácios e gastavam cada vez mais com bens superfluos, importando produtos da Inglaterra a um custo bem elevado.

Ao invés de investir em sua produção interna para substituir as importações e desenvolver seu comércio e sua indústria, procurou acreditar que a exploração colonial seria ilimitada.

Em suma, todo o luxo que a coroa ostentava e o desequilíbrio na balança comercial provocado pelas importações devido ao tratado eram pagos com o ouro retirado das minas brasileiras.

O referido ouro acabara de chegar em Portugal e já era remetido a coroa inglesa nos navios britânicos, que abarrotados partiam. Isso propiciou a formação de capital por parte da Inglaterra e conseqüentemente levou ao investimento na estrutura industrial e em inovações tecnológicas, ajudando muito a concretizar a Revolução Industrial.

## Abstract

The Brazilian mining was responsible for ordering gold England to support its fabric importation that was of far superior the exportations of wines according to considered by the treated one to Methuen. These commercial transactions had been influencing negative the lusitana trade balance and the only way to support its importation was directing all its colonial exploration the British crown.

In the colony, the gold attracted for Minas Gerais, after the first findings, great part of the population of the colony and even of the remaining portion of the world, with the simple illusion to explore and to enrich quickly.

The metropolis started to control this activity to gain some profit, therefore the attention of all despertou. Some ways to effect a rigid control and to take off part of this wealth in form of taxes and other methods had been implanted until the House of Casting if became most important, main half of withdrawal and the control of the tax the fifth, that it represented 20% of all gold explored for the mineradores, as wills of the Portuguese king.

Beyond the taxes, Portugal collected gold of the colony through the obligator commerce between the colony and the metropolis, making impracticable the internal production that many times was forbidden for the lusitana crown.

An agreement that in the theory seemed to be interesting for both, in the truth finished provoking a run down in the lusitana economy.

They are the two root causes for such run down, the first one is that the English manufactures were more expensive than the Portuguese wines, that is, had a bigger aggregate value and therefore it needed bigger amount of wine to buy given fabric remittance, second is that all the transações between the countries were intermediated by ships of British flag and for in such a way, freights we caros were charged for the transports of these merchandises.

Beyond these two cited causes, had the aspect of the luxuries lived for the Portuguese crown, that exhibited its palaces and spent each time with superfluos goods more, importing products of England to a well raised cost. Instead of investing in its internal production to substitute the importations and to develop its deal and its industry, looked for to believe that the colonial exploration would be limitless.

In short, all the luxury that the crown exhibited and the disequilibrium in the trade balance provoked by the importations due to the treated one were paid with the removed gold of the Brazilian mines.

The related gold finishes to arrive in Portugal and already he was sent the English crown in the British ships, that overloaded left. This propitiated the formation of capital on the part of England and consequentemente it led to the investment in the industrial structure and technological innovations, helping very to materialize the Industrial Revolution.

## INTRODUÇÃO

Pelas publicações da História, principalmente da matéria História Econômica, sabe-se que o Brasil foi colônia de Portugal por muitos anos. No Capítulo I, trataremos de como o ouro brasileiro era extraído e destacaremos duas etapas da história, o primeiro contato com o território (1500-1530) e a etapa de colonização efetiva (1530 - 1808), também as circunstâncias desse povoamento com a busca por ouro, metais preciosos e especiarias. O outro destaque principal é como o ouro que deixava o litoral brasileiro rumo a Portugal mudou o panorama da economia mundial e propiciaram as indústrias inglesas condições para assumir o posto de potência comercial da época.

Nos capítulos II e III, vamos esclarecer o papel do Brasil, ainda que Colônia, ajudando mesmo que indiretamente a Revolução Industrial promovida pela Inglaterra, como os recursos chegavam aos portugueses e como eram remetidos para Inglaterra. Mostraremos a importância de nossa região litorânea do Paraná em relação à essa contribuição através da Casa de Fundação situada em Paranaguá, bem como destacaremos alguns fatos históricos que marcaram a época.

O Tratado de *Methuen* e a Revolução Industrial na Inglaterra, tema da nossa monografia, dentre outros objetivos pretendem confirmar que a mineração brasileira foi responsável por mandar ouro para a Europa, dando condições para acumulação de capital inglesa e seu iminente investimento em maquinaria que resulta na Revolução Industrial. Com mapas e quadros comparativos vamos mostrar as quantidades que por grande tempo sustentarão as importações de tecidos da metrópole Portuguesa em favor da Inglaterra que eram de longe superiores às exportações de vinhos, segundo o proposto pelo Tratado de *Methuen*.

Para entendermos um pouco melhor este processo farei um apanhado de quais métodos utilizados pelo coroa portuguesa para explorar esses metais preciosos da colônia brasileira, em suma, como ele era retirado, bem como seus métodos de extração.

A movimentação populacional de acordo com os interesses locais também será retratado neste trabalho, pois o mesmo atraiu para Minas Gerais, principalmente, junto com a classe dominante grande parte da população da colônia e além de um grande fluxo migratório até então nunca visto, com a simples ilusão de enriquecimento fácil e rápido, todos se aventuravam nas minas em busca da sorte. Esse movimento aurífero

ocasionou mais tarde na diminuição da produção açucareira na colônia que foi desencorajada pelas grandes descobertas de jazidas.

Citaremos as formas de impostos, como eram formulados de acordo com os interesses da coroa, além da outra forma de Portugal arrecadar ouro da colônia, era a obrigação vender e comprar todas as mercadorias da metrópole, inviabilizando a produção interna que muitas vezes era proibido pela metrópole.

Um outro ponto importante abordado e analisado são vantagens e desvantagens levadas pelos países envolvidos, ou na teoria do tratado que parecia ser interessante para ambos (Portugal e Inglaterra), na verdade acabaram provocando uma desestabilização na economia portuguesa, as causas principais que mostraremos nesse trabalho com mais detalhes, para tal desestabilização. A primeira causa para esta desestabilização tem relação com as manufaturas inglesas que eram mais caras que os vinhos portugueses, ou seja, tinha um valor agregado maior e, portanto precisava de maior quantidade de vinho para comprar dada remessa de tecidos, a segunda causa era a questão dos navios, todas as transações entre os países eram intermediadas por navios de bandeira britânica e para tanto, fretes caríssimos eram cobrados para os transportes dessas mercadorias.

Para resumir bem a saída de ouro através do Tratado de *Methuen* é só notar este trecho de Albuquerque no livro, Pequena história da formação social brasileira.

Albuquerque comenta:

*"O tratado de Methuen legalizou uma saída constante de capitais de Portugal para a Inglaterra. O ouro e o diamante brasileiro sustentaram as importações de produtos ingleses e promoveram uma acumulação primitiva de capital que permitiu a burguesia manufatureira britânica aplicar recursos em inovações técnicas, do que resultou a Revolução Industrial".*

(ALBUQUERQUE, 1980, p. 25).

Este trabalho que ora iniciamos demonstrar que nem sempre tratados comerciais são benéficos às nações envolvidas, assim foi o tratado de *Methuen*, que não foi vantajoso à nação portuguesa, mas que tornou a nação inglesa uma potência comercial da época, pois com o desequilíbrio português, acabou lucrando grande parte do ouro que vinha do Brasil e conseqüentemente ajudou a mesma a capitalizar e investir em sua "Revolução Industrial".

# CAPÍTULO I

## CARACTERÍSTICAS GERAIS DA MINERAÇÃO NO BRASIL

Nos fins da Idade Média, especialmente a partir do século XV, diversos países europeus realizaram uma espetacular expansão marítima pelos vários continentes. Dessa forma a Europa retomou um processo de expansionismo que, iniciado com as Cruzadas, no século XI, durou até meados do século XIX.

As navegações oceânicas foram impulsionadas por uma série de invenções, tais como o astrolábio, bússola e caravela. O final da Idade Média foi um momento de importantes progressos técnicos e científicos que muito ajudaram a arte de navegar.

Coube ao povo português um papel de extrema importância no processo das grandes navegações. Portugal constituiu a vanguarda da expansão da Europa, realizando nos séculos XV e XVI uma espetacular epopéia que teve início no afrontamento do chamado Mar Tenebroso, isto é, o Atlântico, e o seu apogeu com a chegada dos portugueses ao Extremo Oriente e à América.

Edward McNall Burns, em seu livro História da Civilização Ocidental, descreve:

*“Era, portanto, muito natural que marinheiros contratados pelos monarcas da Espanha e Portugal tentassem descobrir uma nova rota para o Oriente, livre do controle italiano. Uma segunda causa das viagens de descobrimentos foi o fervor missionário dos espanhóis”.*  
(BURNS, 1999, p. 404).

### 1.1. A Colonização e o Povoamento no Brasil (1500- 1530)

Na carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão na armada comandada por Pedro Álvares Cabral, que partiu de Lisboa a 9 de março de 1500 não há uma menção de surpresa sequer pela descoberta da Terra da Vera Cruz, mais tarde conhecida como Brasil. Nem há a menor dúvida de que se tratava de um território novo. Como se pode deduzir dos registros da rota, o engano dos navegadores portugueses (inevitável na

época, dada a inexistência de instrumentos precisos para medir a longitude) não os situava mais próximos da costa africana, mas ainda mais distantes.

Portanto, embora alguns autores recentes tenham voltado a insistir em causas fortuitas para explicar o descobrimento do Brasil a 22 de abril de 1500, parece mais plausível considerá-lo como um dos resultados, consciente e intencional, do longo processo de acumulação de experiências náuticas, criado pela combinação de interesses entre nobres e burgueses, que se denominou de expansão marítima. Como comenta Boris Fausto em sua obra História do Brasil.

*“Nas três primeiras décadas do século XVI, (1500 –1530) o litoral do Brasil permaneceu uma espécie de terra de ninguém. Foram sucessivas expedições que dominaram as condições de navegação, reconheceram e batizaram os acidentes geográficos e estabeleceram relações com os indígenas. Faltavam recursos para proceder de maneira mais sistemática. Envolvidos pelo comércio altamente lucrativo com a Índia, nem a Coroa nem os particulares portugueses podiam mobilizar grandes capitais e homens numerosos para, ao mesmo tempo, colonizar o novo território”.*

*(FAUSTO, 1998, p. 36).*

Mapearam a costa, com as viagens de Gonçalo Coelho. Nessa mesma época, repetindo-se uma experiência anterior com o comércio da Guiné, concedeu-se a exploração do Brasil a um grupo de mercadores liderados por Femão de Noronha, que organizou a viagem de 1502-1503, durante a qual foi descoberta a ilha hoje chamada pelo nome do descobridor.

A notícia da nova terra espalhou-se rapidamente. Os relatórios de representantes diplomáticos em Portugal e, sobretudo, a rede informal, muito mais eficiente encarregou-se de fazer a divulgação. Embora sem oferecer as possibilidades do comércio asiático, o Brasil não deixava de propiciar uma oportunidade de negócios rendosos para aqueles que não dispunham de condições para realizar uma viagem à Índia, nem de força suficiente para romper a vigilância exercida pelos portugueses sobre a rota do Cabo. Em primeiro lugar, havia o pau-brasil abundante (da Paraíba ao

sul do Rio de Janeiro), largamente utilizado para a fabricação de uma tintura vermelha com que se tingiam os tecidos. Mas também os animais exóticos, que despertavam a curiosidade na Europa, e os indígenas, que podiam ser reduzidos à escravidão, numa prática cada vez mais lucrativa.

Assim sendo, de 1500 a 1533, as costas do Brasil foram cada vez mais visitadas por espanhóis e franceses. Podiam ser piratas, isto é, particulares aventureiros que se arriscavam a preparar uma ou mais embarcações; ou corsários que seriam navios oficialmente armados pelas Coroas espanhola ou francesa.

Para fazer valer os termos do Tratado de Tordesilhas (mapa na página 50) e para garantir o domínio do Atlântico sul que preservava a rota do Cabo, os portugueses enviaram entre 1516 e 1528 as três expedições lideradas por Cristóvão Jacques.

Não é nossa intenção historiar todos os passos dos portugueses nos descobrimentos das povoações brasileiras. A visão que manteremos é a visão econômica. Os fatos relacionados com a exploração do ouro e pedras preciosas e as razões que nortearam a exploração da terra brasileira.

A expansão comercial européia criou um novo tipo de economia, essa economia colonial que se transformou mais tarde, no que os historiadores chamam de economias subdesenvolvidas. A economia colonial, segundo Burns e Caio Prado Junior, são reflexas, primário-exportadoras e tendem para a monocultura. No Brasil a produção primária exigiu muita mão-de-obra, pelo que se tentou escravizar os indígenas e trazer africanos para a mão-de-obra escrava. Após 1530, muitas expedições de entradas e bandeiras desbravaram o interior do Brasil á procura de ouro e metais preciosos.

## **1.2. Mineração no Brasil Colônia (1530 –1808)**

A descoberta das lavras de ouro nas Minas Gerais, nos finais do século XVII e início do século XVIII, seguidas dos achados em Jacobina e no Rio das Contas na Bahia, nos de Forquilha e Sutil no Mato Grosso, e o que se extraiu no sertão de *Guaiás* em Goiás, foi o acontecimento mais espetacular da história econômica do Brasil colônia enquanto provocou enorme repercussão, tanto para a própria metrópole como para boa parte do mundo. Desde os primórdios da colonização acreditava-se que o Brasil tinha outros metais e pedras preciosas.

Costuma-se atribuir ao início da mineração à descoberta do ouro feita por Antônio Rodrigues Arzão, em 1693, embora a corrida do ouro começasse efetivamente com a descoberta das minas de Ouro Preto por Antônio Dias de Oliveira, em 1698. Além de se difundir pelo Brasil, a notícia chegou a Portugal através da correspondência dos governadores ao rei. De diversos pontos do Brasil começou a chegar grande quantidade de aventureiros, ávidos de rápido enriquecimento. Mesmo de Portugal vieram, a cada ano, cerca de 10 mil pessoas durante sessenta anos. A procura de metais preciosos no Brasil era bem antiga e datava do início da colonização, sobretudo depois da descoberta da rica mina de prata de *Potosí*, em 1545, na atual Bolívia.

A criação do governo-geral em 1548 e a sua instalação no ano seguinte foram um reflexo daquela descoberta. Até o século XVII, a economia açucareira era a atividade predominante da colônia e o interesse metropolitano estava inteiramente voltado para o seu desenvolvimento. Porém, a partir de meados do século XVII, o açúcar brasileiro sofreu a forte concorrência antilhana, claro, os holandeses uma vez “expulsos” passaram a produzir em suas colônias do Caribe fazendo com que a Coroa portuguesa intensificasse a descoberta de metais. Os paulistas, que conheciam bem o sertão, iriam desempenhar um papel importante nessa nova fase da história colonial. Já em 1674, destacou-se a bandeira de Fernão Dias Paes que apesar de não ter descoberto metais preciosos, serviu para indicar o caminho para o interior de Minas. Poucos anos depois a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, abria caminho para o Brasil central (Goiás e Mato Grosso).

Segundo entendimento da obra “História do Brasil” do autor Boris Fausto, diversas foram as tentativas de explorar o sertão à procura de metais preciosos. A contribuição dos bandeirantes paulistas foi primordial para essa conquista.

A legislação que tratava da exploração das minas derivava das Ordenações Filipinas. Segundo Edwuds M. Burns, na obra História da Civilização Ocidental, referindo-se a exploração de ouro no Brasil, comenta: “determinava que o descobridor de veios ou minas de prata, de ouro, ou qualquer outro metal - considerados propriedade da Coroa - necessitava da autorização especial do provedor de metais para sua exploração”. O descobridor do veio era obrigado a ceder uma data para *El Rei* e outra para o Guarda-mor; além disso, era constrangido a pagar o quinto de tudo

aquilo que garimpasse. Devido a tais excessos tributários foi fatal que a sonegação imperasse.

### **1.2.1. Os Bandeirantes abrindo caminho pelo sertão à procura de metais preciosos**

Como já dissemos, os principais exploradores do sertão foram os paulistas, mais conhecidos como bandeirantes estes desbravavam as matas a procura de ouro. Com um irrisório apoio oficial Fernão Dias Paes partiu em 1674 para o sertão, onde permaneceu por seis anos, chegando ao Jequitinhonha. Porém, não descobriu nada de valor. Em 1681 encontrou turmalinas acreditando serem esmeraldas. Contudo, durante os anos em que permaneceu no sertão, desbravou grande parte do interior das Gerais e abriu caminho para futuras descobertas de importância.

A primeira consequência desse deslocamento maciço da população para as regiões das minas foi a grave carestia, que se tornou particularmente catastrófica, nos anos de 1697 e 1698, novamente, em 1700 e 1701. O jesuíta *Antonil*, que viveu nesse tempo, retratou que os mineiros morriam à míngua “com uma espiga de milho na mão sem terem outro sustento”. Pois o comércio de abastecimento das Minas era controlado por alguns *emboabas* (*Comerciantes que abasteciam as minas*) que auferiam grandes lucros. Dada a sua riqueza e a importância da atividade que exerciam, passaram a ter grande influência. Manuel Nunes Viana, português que veio ainda menino para a Bahia, era um desses ricos comerciantes e principal líder dos *emboabas*. Era proprietário de fazendas de gado no São Francisco e estava associado aos comerciantes da Bahia.

#### **1.2.1.1. A Guerra dos Emboabas**

A guerra dos *Emboabas* eclodiu em um período difícil ao controle da corte portuguesa. O contrabando crescente diminuía a arrecadação. O estopim da guerra foi o desentendimento entre Nunes Viana e Borba Gato, que era guarda-mor das Minas e, portanto, representante do poder real. A fim de combater o contrabando do ouro a Coroa havia proibido o comércio (principal atividade dos *emboabas*) entre as Minas e a Bahia, com exceção do gado. Apesar dessa determinação o comércio proibido

continuou sob a liderança de Nunes Viana. Borba Gato determinou então a expulsão de Nunes Viana das Minas, mas este não a acatou e foi apoiado pelos emboabas. Ora a maior parte das Minas era ocupada pelos emboabas e os paulistas estavam concentrados no rio das Mortes de onde os emboabas decidiram, então, desalojá-los. Sendo minoritários, os paulistas se retiraram, mas um grupo deles com a maioria de índios foram cercados pelos emboabas que exigiram a rendição prometendo poupar-lhe a vida caso depusesse as armas.

Foi o que fizeram os paulistas, mas mesmo assim foram massacrados no local que ganhou o nome de Capão da Traição. Expulsos das Minas, os paulistas penetraram em Goiás e Mato Grosso, onde novas jazidas seriam descobertas. Por causa do conflito a coroa portuguesa iniciou uma melhor organização na penetração no sertão á busca de metais preciosos, embora ainda persistissem outras expedições não oficiais.

### **1.3. Entradas e Bandeiras**

As Expedições de desbravamento no interior do Brasil na época da colônia foram organizadas com maior freqüência no século XVII, seus principais objetivos são o reconhecimento territorial, a captação de mão-de-obra indígena, a submissão ou eliminação de tribos hostis e a procura de metais preciosos. As entradas, que são expedições oficiais têm seu centro principal de propagação no litoral nordestino, saindo da Bahia e de Pernambuco para o interior mapeando o território. Também combatem os grupos indígenas que ameaçam ou impedem o avanço da colonização como os Caetés, os potiguares, os cariris, os aimorés e os tupinambás. A atuação das entradas estendeu-se do Nordeste à Amazônia e ao Centro-Oeste, abrangendo ainda áreas próximas ao Rio de Janeiro.

As bandeiras em sua maioria saem de São Vicente e de São Paulo para o Sul, Centro-Oeste e região mineira. São quase sempre expedições organizadas por paulistas e formadas por familiares, agregados, brancos e muitos mamelucos que têm como meta atacar as missões jesuíticas e trazer índios cativos ou ir a busca de minas de ouro e pedras preciosas. Entre as principais bandeiras destacam-se as de Antônio Raposo Tavares, Fernão Dias Pais Leme, Bartolomeu Bueno da Silva e Domingos Jorge Velho. Oficiais ou particulares, as entradas e bandeiras têm importância

fundamental para a expansão territorial e o desenvolvimento da economia colonial. São essas expedições que devassam a Amazônia e ali dão início ao extrativismo das "drogas do sertão" (ervas, resinas, condimentos e madeiras nobres). Entram pelo rio São Francisco, abrindo caminho para o gado, chegam às serras mineiras e descobrem ouro e diamante. Os sertanistas também são usados no combate a escravos negros aquilombados e índios que se opõem à colonização branca.

É o caso da bandeira de Domingos Jorge Velho, contratada no final do século XVII para destruir o Quilombo dos Palmares e depois liquidar a resistência dos cariris no Nordeste, na chamada Guerra dos Bárbaros, que se estende de 1685 a 1713.

Dá para perceber que desde o início da colonização, as circunstâncias que levaram à colonização do Brasil e a prática do modelo escravagista foi à busca incessante aos metais preciosos brasileiros. Sendo que, menos de 50 anos após a chegada da expedição colonizadora de Martin Afonso de Souza (1530), já iniciava o Ciclo do Ouro no Brasil. A princípio vai abastecer a corte portuguesa, vai dar novos investimentos ao mercantilismo europeu. E, no apogeu do Ciclo do ouro vai contribuir para a Revolução Industrial na Inglaterra. Como veremos no decorrer desse trabalho.

Para tal empreendimento os portugueses providenciaram uma organização da economia mineira. Havia, basicamente, dois tipos de "empresas" mineradoras: a lavra (grande extração) e a faiscação (pequena extração). A lavra consistia numa exploração de dimensão relativamente grande em jazidas de importância e utilizava amplamente o trabalho escravo. À medida que essas jazidas iam se esgotando e sua exploração tomava-se antieconômica, ocorria o deslocamento das lavras para outras jazidas, deixando o que restara da anterior para a faiscação, praticada por pequenos mineradores. Era uma exploração sem respeitar os limites do Tratado de Tordesilhas segundo Caio Prado Junior em sua obra, Formação do Brasil Contemporâneo:

*"Já me referi aos fatores principais que determinaram a penetração do povoamento pelo vasto interior da colônia, e que embora na maior parte a oeste da linha de Tordesilhas e cabendo por isso, de direito, nos domínios castelhanos, passou para os portugueses e seus sucessores brasileiros. Foram tais fatores a mineração e a dispersão das fazendas de gado. No extremo-Norte, na Amazônia, atuam circunstâncias locais e próprias".*

*(CAIO PRADO, 2004, p.47).*

## 1.4. O Ciclo do Ouro e a Mineração Brasileira

A descoberta das lavras de ouro nas Minas Gerais e em tantos outros lugares já citados em nosso trabalho provocou enorme repercussão, tanto para a própria metrópole como para boa parte do mundo. Desde os primórdios da colonização, acreditava-se que o Brasil tinha ouro e pedras preciosas. Só que passados já dois séculos de ocupação não haviam sido encontrados em volume significativo. Lentamente, como vimos, a economia colonial abandonou sua predominância extrativista e coletora dos primeiros tempos, do tráfico com pau-brasil e das drogas do sertão para uma exploração mais racional e estável graças à implantação dos engenhos de açúcar e das lavouras de tabaco que se espalharam por todo o litoral do Nordeste. Nossa população, ao redor do final do século XVII, era estimada em uns 300 mil povoadores (calcula-se que havia ainda 1.500.000 de índios), grande parte deles concentrados no Nordeste. Outro pequeno núcleo populacional encontrava-se no Planalto de Piratininga, na atual São Paulo, formado pelos bandeirantes, esses tipos mamelucos que se dedicavam a *prear* índios pelo sertão afora.

No Brasil o ouro encontrava-se depositado na superfície ou em pequenas profundidades, inicialmente exploravam-se os veios (nos leitos dos rios), que eram superficiais; em seguida os tabuleiros (nas margens) que eram pouco profundos; e finalmente as grapiaras (nas encostas), que eram mais profundas. Foi nesse quadro de limitado progresso econômico (os portugueses começavam a enfrentar a concorrência da produção colonial dos holandeses, franceses e ingleses, que implantaram engenhos açucareiros nas Antilhas) que a Coroa determinou a pressionar seus funcionários e demais habitantes no sentido de estimulá-los, particularmente os paulistas, a que desbravassem o sertão em busca do precioso ouro.

Assim, as lavouras foram se ampliando e multiplicaram-se as atividades manufatureiras. O porto de Santos ganhou súbita importância como porta de entrada para escravos e produtos importados europeus. Como as minas necessitavam de animais de carga e transporte, alguns paulistas deslocaram-se para Paranaguá e Curitiba, onde dedicaram à criação. Outros foram buscar na região platina (Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina) o gado muar, essencial para o transporte.

### 1.4.1. A articulação econômica e Social

Ao abrir-se como um grande mercado, a mineração foi responsável pela articulação econômica da colônia, integrando não apenas São Paulo, Rio e Bahia, mas também integrando São Paulo à região sulina como um todo. A população era bastante heterogênea, mas distinguíam-se claramente paulistas e forasteiros.

A técnica de extração, por sua vez, era rudimentar e mesmo o número de escravos para cada lavra era reduzido, embora houve notícias de lavras com mais de cem escravos. Na realidade, a manutenção de uma empresa com elevado e permanente número de escravos era incompatível com a natureza incerta das descobertas e da produtividade das minas. Ao abrir-se como um grande mercado à mineração foi responsável pela articulação econômica da colônia.

A extração do ouro de aluvião era, portanto, mais simples, porém de esgotamento mais rápido. Por essa razão mesmo na organização das lavras, as empresas eram concebidas de modo a poderem se mobilizar constantemente, conferindo à atividade mineradora um caráter nômade. O quadro abaixo demonstra o grande crescimento populacional de pessoas envolvidas na mineração.

Quadro 1 - quadro da evolução demográfica da colônia

Ano	Estimativa de população
1690	184.000 a 300 mil
1780	2.523.000
1798	3.250.000(*)

Fonte: Roberto Simonsen - História Econômica do Brasil.

O gado muar era essencial como meio de transporte contribuindo também para o crescimento econômico. O principal centro produtor de gado muar estava localizado na região platina, que, tradicionalmente fornecia esse gado para as minas peruanas. Com a decadência destas últimas, um novo estímulo para a sua criação veio de Minas.

Assim se intensificou a ocupação da região platina, que resultou, no final, na incorporação do Rio Grande do Sul ao domínio português. Assim, atuando como pólo de atração econômica a mineração favoreceu a integração das várias regiões antes dispersas e desarticuladas. Surgiu, desse modo um fenômeno antes desconhecido na colônia, a formação de um mercado interno articulado. Outra consequência importante da mineração foi a de ter deslocado o eixo econômico do nordeste para o sul, valorizando principalmente o porto do Rio de Janeiro. Não foi por acaso que em 1763, na administração pombalina que a capital da colônia acabou transferida da Bahia para o Rio de Janeiro. Nesse quadro de norte a sul no apogeu do Ciclo do Ouro e da Mineração apareceram, ou melhor, intensificaram alguns dos primeiros problemas econômicos para a Coroa Portuguesa como contrabando e a sonegação.

A exploração das Minas com um grande mercado de escravos também provocou a crescente demanda de mão-de-obra escrava. Na África a moeda de compra de escravos era o fumo. A Bahia e Pernambuco tornaram-se, ao mesmo tempo, grandes produtores de fumo e agenciadores de escravos africanos, propiciando o aparecimento de armadores e traficantes brasileiros. Os traficantes nordestinos chegaram a superar a concorrência de nações poderosas como Inglaterra, França e Holanda, batendo também os portugueses. Beneficiados com a abertura do “caminho novo”, mercadores do Rio de Janeiro se dedicaram intensamente ao tráfico, utilizando como moeda de compra de escravos, aguardente (pinga), açúcar e até ouro.

#### **1.4.2. O Controle do Contrabando e a Administração das Minas pela Corte Portuguesa**

A Coroa procurava extrair o máximo de benefício através da cobrança de impostos, adotando medidas para evitar a sonegação e o contrabando. E não perdia nenhuma oportunidade para carregar o ouro para os seus cofres. A coroa cobrava imposto nas alfândegas, em Portugal e no Brasil. Impunha taxas para a passagem de rios, impostos para lojas e vendas de suprimentos. Também sobre a comercialização de escravos, sem contar os impostos que incidiam diretamente sobre a mineração, como o quinto.

Porém, Portugal tinha um ponto fraco, sua indústria manufatureira era pouco desenvolvida de modo que a maioria das mercadorias vendidas às minas era importada da Inglaterra.

Quanto ao teor do ouro brasileiro ele alcançava a média de 21 a 22,5 quilates, sendo ele de cor variável. Havia em abundância o mais chamativo deles, o brilhante ouro amarelo; um de cor de latão; outro chamado de ouro preto e finalmente um avermelhado ou cor de bronze, além do ouro apelidado de ouro podre, pela inexistência de brilho. Quanto às avaliações do seu valor e do seu peso extraído são muito diversas, o Barão *Von Eschwege* estimou em 130.000.000 de libras esterlinas, num total de 951.255 toneladas entre 1600-1800; *Pandiá Calógeras* calculou em torno desse valor com um aproximado de 135.000.000 de libras esterlinas e 983 toneladas entre 1700-1801; já o Barão *Von Humboldt* aumentou-o para 194.000.000 de libras esterlinas cobrindo um período maior de 1500 a 1803. Seja como for, para Roberto C. Simonsen na História Econômica do Brasil na página 101, entre 1700-1770 a produção do ouro brasileiro alcançou cerca de 50% do que o resto do mundo extraiu entre os séculos XVI e XVIII.

Partindo desse ponto, é pertinente que citemos como esse ouro era retirado do Brasil e como o mesmo ajudará a Inglaterra a financiar seu avanço tecnológico. Começamos agora a entrar no mérito da questão.

Os ingleses possuíam só em Lisboa cerca de noventa casas comerciais. Assim lucravam indiretamente com o comércio entre Portugal e o Brasil e, também, diretamente através do contrabando. E esse contrabando era feito abertamente e muitas vezes com a cumplicidade das autoridades coloniais portuguesas.

Os holandeses e franceses que não tinham esse mesmo acesso conseguiam introduzir suas mercadorias através do contrabando realizado com navios brasileiros na África, que, além de escravos traziam seus produtos para serem vendidos nas minas. Portanto cabe dizer que a invasão Holandesa não terá só um caráter bélico, mas também econômico.

A atividade mineradora era altamente especializada, de modo que toda mercadoria necessária ao consumo vinha de fora. Por isso, ao lado dos milhares de mineradores foram se estabelecendo artesãos e comerciantes dando à região das minas um povoamento com forte tendência urbanizadora.

Também a administração preocupada em evitar o contrabando e a sonegação favoreceu essa urbanização. O agrupamento em cidades facilitava o controle sobre a produção mineradora. Assim rapidamente os arraiais de ouro se transformavam em centros urbanos, Vila Rica do Ouro Preto, Sabará, Ribeirão do Carmo (atual Mariana), São João *Del Rei* são *exemplos*. Idem as minas paranaenses que se transformaram em centros urbanos, assunto esse que encerrará o capítulo.

Por serem grandes as incertezas para a atividade mineira não era permitida a constituição de empresas de grande vulto, em caráter permanente, salvo em casos reduzidíssimos dos grandes mineradores. Para as empresas de menor tamanho, devido às incertezas e à voracidade fiscal, a situação geral era o pensamento de ficar pouco tempo explorando. Também resultou numa forma muito especial de trabalho escravo remunerado, não podendo arcar com os custos da manutenção de uma escravaria numerosa, os pequenos mineradores davam aos escravos, em geral, uma autonomia e liberdade de iniciativa que não se conheceu nas regiões açucareiras. Muitas vezes trabalhavam longe de seu senhor ou mesmo por iniciativa própria, obrigados apenas à entrega da parte de seus achados. Essa situação possibilitou aos escravos acumularem para si um certo volume de riqueza que, posteriormente, foi utilizado na compra de sua alforria (liberdade). Essa atividade também se repetiria no sul nas minas paranaenses.

Apesar disso não se deve concluir que a escravidão fosse menos rigorosa nas minas. Tal como nos centros açucareiros a desigualdade foi reproduzida com a mesma intensidade e a pobreza contrastava com a opulência de uma minoria. Ao contrário do que se acreditava, a mineração não foi mais democrática. E mais, as grandes fortunas não tiveram origem na atividade mineradora e sim no comércio.

A administração das minas, diferentemente das outras atividades econômicas da colônia, teve sua mineração submetida a rigorosa disciplina e controle por parte da metrópole. Aqui as restrições atingiram o seu ponto culminante. Desde o século XVII a mineração já se encontrava regulamentada, os Códigos Mineiros de 1603 e 1611, embora admitissem a livre exploração das minas, impunham uma fiscalização rigorosa na cobrança do quinto (quinta parte do ouro extraído).

Com as descobertas do final do século XVII, a metrópole elaborou um novo código, que substituiu os anteriores e perdurou até o final do período colonial, o Regimento dos Superintendentes, Guardas-mores e Oficiais Deputados para as Minas

de Ouro que data de 1720. Para a aplicação efetiva das medidas contidas no regimento, foi criada a Intendência das Minas para cada capitania em que o ouro havia sido descoberto. A principal característica desse órgão era a sua completa independência em relação a outras autoridades coloniais. A intendência reportava-se diretamente ao Conselho Ultramarino. O mais alto cargo da intendência pertencia ao superintendente ou intendente, que aplicava a legislação e zelava pelos interesses da Coroa. Outro funcionário importante era o guarda-mor, a quem competia a repartição das datas (lotes de jazidas auríferas) e a fiscalização e observância do regimento.

A fim de evitar as sonegações, outro elemento veio a se agregar à administração: a Casa de Fundição. Na verdade, ela existia desde 1603 e, de acordo com o Código Mineiro da mesma data, deveria ter uma função importante na arrecadação do quinto. Todo o ouro extraído deveria ser levado a essa casa e fundido em forma de barra, da qual se deduzia, automaticamente, o quinto da Coroa. Nas barras assim fundidas ficava impresso o selo real e só assim o ouro podia circular.

Finalmente, para conter o contrabando, a sonegação do ouro e a falta de tributação específica do ouro, foi criado nas minas um outro sistema de tributação. O objetivo da Coroa era garantir, por todos os meios, a sua renda. Desde o século XVII, existia uma legislação mineradora que estipulava o pagamento de 20% (1/5) do ouro descoberto e explorado. Utilizaram-se, basicamente, três formas: a capitação, o sistema de fintas e as Casas de Fundição.

A primeira a ser aplicada foi a capitação, que era, na prática, um imposto que incidia sobre o número de escravos de cada minerador, esperando-se, com isso, que a arrecadação correspondesse ao "quinto". Mas, essa medida gerou revolta, pois os mineradores ficavam sujeitos ao pagamento mesmo que seus escravos não encontrassem ouro algum. Tentou-se, por isso, adotar o sistema de fintas, que consistia no pagamento, pela população mineradora, de 30 arrobas anuais fixas, que, teoricamente, corresponderiam ao quinto. Mas quem não concordou dessa vez foi o rei, que obrigou à volta ao regime de capitação. Devido a novas revoltas, ele recuou e aceitou o sistema de fintas, cujo pagamento foi garantido pelas Câmaras Municipais locais. Esse sistema foi adotado em 1718.

O rei continuava insatisfeito e fez os seus funcionários trabalharem para a instalação das Casas de Fundição nas Minas. Segundo esse novo regime, os

mineradores seriam obrigados a enviar o ouro em pó para ser fundido e transformado em barras com o selo real nas Casas de Fundição, onde o ouro seria automaticamente quietado. Como no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais aqui no Paraná também existiu uma casa de fundição localizada na Vila de Paranaguá.

#### **1.4.2.1. Distrito Diamantino**

A opressão colonial havia se intensificado consideravelmente na mineração do ouro. Mas foi na extração do diamante que se estabeleceu à forma mais extrema dessa opressão. Os primeiros diamantes foram encontrados em 1729, e o regime de extração era semelhante ao do ouro até 1740. Dos diamantes extraídos pagava-se o quinto. Em 1740 alterou-se o regime de sua exploração, mediante o regime de concessão e contrato, que consistia na concessão de exploração a um único contratador, ficando este obrigado a entrega de uma parte da produção diamantífera. O primeiro contratador foi João Fernandes de Oliveira, sucedido mais tarde por Felisberto Caldeira Brant. Esse sistema perdurou até 1771, quando então se estabeleceu o monopólio real, com a instalação da Real Extração.

No tempo de Pombal (1750 - 1777), a extração ficou limitada ao Distrito Diamantino, atual Diamantina, absolutamente isolado do resto da colônia. Sua administração era exercida pela Intendência dos Diamantes, cuja criação data de 1734. No distrito, o intendente possuía poder virtualmente absoluto, incluindo o direito de vida e morte sobre as pessoas de sua jurisdição. Ninguém podia entrar ou sair do distrito sem sua expressa autorização. A fim de evitar o contrabando, instalou-se um verdadeiro regime de terror, com estímulo à delação, o que favoreceu a criação de um clima de medo e total insegurança. Todos esses fatos contribuíram para a decadência do Ciclo do Ouro no Brasil. A Coroa Portuguesa mais tarde vai sentir também a queda na economia na Metrópole.

### 1.4.3. O declínio da mineração

Quadro 2 - Quantidade de ouro extraído.

Vintênio	Total em kg
1691 – 1700	15.000
1701 – 1720	55.000
1721 – 1740	177.000
1741 – 1760	292.000
1761 – 1780	207.000
1781 – 1800	109.000
1801 – 1820	26.000

Fonte: Roberto Simonsen - História Econômica do Brasil, p. 237.

A partir da segunda metade do século XVIII, a atividade mineradora começou a declinar, com a interrupção das descobertas e o gradativo esgotamento das minas em operação. O predomínio do ouro de aluvião, de fácil extração, não requeria uma tecnologia sofisticada. Porém, à medida que esses depósitos aluviais se esgotavam, era necessário passar para a exploração das rochas matrizes (quartzo itabirito) extremamente duras e que demandavam uma tecnologia com maiores aperfeiçoamentos. Chegando nesse ponto, a mineração entrou em acentuada decadência. Portugal não usou o ouro para um investimento nas empresas mineradoras no Brasil.

A quase completa ignorância dos mineradores (o conhecimento que se tinha era fruto da experiência) e a utilização pouco freqüente de novas técnicas, por falta de interesse e de capital, selaram o destino das minas no Brasil. A atividade se manteve porque a área de exploração era grande e as explorações foram conquistando essa região até que ela se exaurisse completamente nos inícios do século XIX. À Coroa só interessava o *quinto*. Assim, a partir de 1824, já na época do Brasil independente,

concedeu-se o direito de prospecção a estrangeiros, que recomeçaram a explorar com melhores recursos técnicos e mão-de-obra barata.

No quadro comparativo nº 2 da página 16, descrevemos, segundo o Professor Roberto Simonsen na obra História Econômica do Brasil, a quantidade total de ouro extraído no Brasil Uma comparação com mais de cem anos de exploração.

## **1.5. O Ouro Paranaense**

O grande desejo que tinha Portugal de encontrar ouro, na sua colônia da América, não se satisfaz no século XVI. Os indícios desse precioso metal encontrados em nossa região eram raros. As primeiras descobertas de ouro, em quantidades razoáveis, foram feitas no sul do Brasil. Em 1646, Gabriel de Lara, Capitão-Mor de Paranaguá, comunicava as autoridades da Capitania, em São Paulo, a existência do precioso metal nos riachos que deságuam na baía de Paranaguá. Na mesma época ocorrem idênticas descobertas em Cananéia, Iguape, e no Vale Rio Ribeira. Com esses achados inicia-se o ciclo de mineração na Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá.

### **1.5.1. As Minas de Ouro e a Casa de Fundição**

O desejo das autoridades portuguesas de encontrar ouro era tão forte, que antes mesmo da verificação, se as minas encontradas em Paranaguá eram realmente produtivas e exploráveis, já o governador geral do Rio de Janeiro nomeava para dirigir e orientar o desenvolvimento das minas, um administrador geral e um provedor das minas em Paranaguá. Eleodoro Ébano Pereira foi nomeado para administrador Geral das Minas da Capitania do Sul, e Mateus de Leão como Provedor das Minas.

Eleodoro Pereira organizou as minas descobertas e estabeleceu em Paranaguá uma Casa de Fundição para a cobrança do Quinto, que consistia na entrega da 5ª parte de todo o ouro encontrado. Os homens do garimpo freqüentemente procuravam escapar de tão oneroso imposto ocultando e desviando o produto do seu trabalho.

A Casa de fundição em Paranaguá tinha a função de transformar todo o ouro encontrado nas nossas minas, em barras, nos quais ia estampado o carimbo real. Tinha função também, como já dissemos, de cobrar o quinto e remeter as barras à Casa da Moeda do Rio de Janeiro que as amoedava. A circulação do ouro, em pó, ou em pepitas, era ilegal devido aos constantes desvios e sonegação ao imposto *quinto*.

A contínua e progressiva atividade dos mineradores fez os mesmos subirem o leito dos rios que deságuam na baía de Paranaguá, sempre à procura de filões de ouro. Desta maneira, transpuseram a Escarpa da Serra do Mar e foram faiscar no Planalto, ainda no século XVII.

Pelo Rio Nhundiaquara, antigo rio Cubatão, onde já em 1653, Eleodoro Ébano Pereira controlava 11 minas. Pelo Vale do Rio Ribeira do Iguape, o qual nasce no planalto, atravessa a Escarpa do Mar e vai desaguar no Litoral Paulista.

As picadas abertas na travessia da Escarpa do Mar, utilizadas pelos faiscadores, vão de origem aos primeiros caminhos que ligaram o litoral com o planalto, como os caminhos: da Graciosa, do Itupava e do Arraial. Por outro lado, o vale da ribeira já era usado pelo tradicional caminho do *Peabiru*.

As minas do litoral encontravam-se ao oeste e ao norte da baía de Paranaguá. Exploravam os mineradores o cascalho dos rios, utilizando-se *da bateia*: espécie de peneira de madeira com o fundo côncavo, onde se lavava as areias e os cascalhos que contém as partículas do ouro.

As minas do litoral eram: do Pantanal e Panajóias, esta uma das mais produtivas, explorando-se o ouro em cascalho azul. Era seu proprietário o sargento Domingos Cardoso Lima. Sua residência era adornada com tapetes de damasco, baixelas de prata; e ainda, possuía uma banda de música que seus escravos tocavam quando o senhor ia a Vila de Paranaguá, fazendo uma entrada triunfal.

Outras minas importantes como Limoeiro, Marumbi, Tagaçaba, Serra Negra, produziam com menor intensidade. No Planalto, explorava-se na região de Curitiba, *Açungui*, *Tibagi*. As minas do Arraial Grande, que deram origem à cidade de São José dos Pinhais. Existiam ainda as minas do Arraial Queimado, atual Bocaiúva do Sul, de *Boitiatuva*, *Purunã*, *Atuba*, *Vilinha*, *Canguiri*. Essas localidades transformaram-se em cidades no segundo império.

Apesar das esperanças e das várias inspeções, diminuía a cada ano a quantidade de ouro extraído. Isto acontecia por uma razão muito simples: as minas

estavam esgotadas. No entanto, assim não pensava o governo português, que achava a sonegação do imposto “quinto” como responsável pela queda da produção. A sonegação existia, mas inegavelmente as minas estavam exaustas. Recorreram, então, as autoridades portuguesas a um novo tipo de imposto, como nas minas da Bahia e Minas Gerais, para manter sua arrecadação: a capitação. Este sistema iria ser odioso, consistia em que cada senhor de escravos pagaria 4 ½ oitavas de ouro por escravo ao ano, enquanto que:

Quadro 3 - Quadro do imposto Capitação na Vila de Nossa Senhora do Rosário.

Taxa	Propriedade	Valor
4 ½ oitavas de ouro por escravo	Escravos	4 ½ oitavas
	Casas comerciais grandes	16 oitavas anuais
	Casas comerciais médias tendas tavernas e açougues	12 oitavas anuais
	Mascates e Pequenos estabelecimentos	08 oitavas anuais

Fonte: NASCIMENTO JUNIOR. V. Paranaguá, na História e na Tradição. 1980.

Tal sistema no Brasil foi um desastre, tanto no Nordeste, Sudeste e, principalmente no sul. A situação tornou-se gravíssima quando surgiu um imposto, o chamado “donativo dos *chapins* da Rainha”, que tinha por finalidade angariar fundos para o casamento dos príncipes. De qualquer forma, em 1734, as oficinas de fundição de ouro de Paranaguá foram fechadas, porque sua manutenção era mais elevada do que o lucro que proporcionava.

Em todo o Brasil, a escassez das minas e a sonegação de impostos contribuíram para o declínio da mineração no Brasil. No Paraná não foi diferente.

## 1.6. O declínio do ouro e a ascensão agrícola

O esgotamento do ouro ocorreu no contexto da crise do Antigo Regime, motivada pelas profundas transformações na Europa. O renascimento agrícola esteve ligado, de um lado, ao incremento demográfico do século XVIII e, de outro, à grande alteração da ordem econômica inglesa em meados do século, com a Revolução Industrial. Com isso, criou-se na Europa uma demanda intensa de produtos agrícolas para alimentar a população em crescimento. Por outro lado, a Revolução Industrial, que se iniciou no setor têxtil do algodão, ampliou consideravelmente a demanda por essa matéria-prima. O fornecedor tradicional do algodão era a Índia, agora incapaz de suprir satisfatoriamente a crescente demanda. No século XVIII, as colônias sulistas dos atuais EUA, importantes fornecedoras do algodão paralisaram suas remessas em virtude de seu rompimento com a Inglaterra e do início da Guerra de Independência (1776 - 1781).

As pressões das circunstâncias levaram a Inglaterra a se voltar para outros mercados, favorecendo então o Brasil, que intensificou a produção algodoeira. Todos esses acontecimentos contribuíram para alterar a fisionomia geo-agrícola do Brasil. De fato, a nova conjuntura estimulou a diversificação da produção. A produção do algodão teve como centro o Maranhão. Outras regiões também se dedicaram ao seu cultivo, embora em menor escala, como o extremo norte do Pará, Ceará, região do agreste nordestino, Minas e Goiás. No caso do açúcar, além dos centros tradicionais nordestinos, novas áreas foram ativadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em São Paulo o quadrilátero do açúcar formado pelas cidades de Mogi-Guaçu, Sorocaba, Piracicaba e Jundiaí iriam preparar, no século XIX, o ingresso da cultura cafeeira.

## **CAPÍTULO II**

# **FATOS HISTÓRICOS DO TRATADO DE METHUEN AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL e INGLATERRA**

A situação entre os países da Europa, principalmente aqueles estudados em nossa pesquisa pode iniciar com a análise de Sodré na obra “O Tratado de Methuen” sobre a economia da Época Moderna que destacava o papel do capital mercantil na Europa e no Novo Mundo, penetrando na produção e inviabilizando a pequena produção independente, mas sem a capacidade de sozinho colocar em funcionamento o modo de produção capitalista. O caso de Portugal ao invés de fornecer argumentos para a tese do caráter capitalista da colonização, ilustra a tese inversa que o desenvolvimento do capital mercantil e a centralização política que foram indispensáveis na fase de construção do império colonial na ausência de outras circunstâncias internas favoráveis, (Sodré destaca a fraqueza do artesanato e da manufatura, mas seria possível agregar a ausência de uma revolução agrária), eram aspectos insuficientes para desencadear o desenvolvimento do capitalismo.

O mercantilismo foi frouxamente aplicado a Portugal, talvez devido à ausência de um setor artesanal forte, ele explica a fraqueza do mercado interno e a situação da infra-estrutura quase inexistente. Nestas circunstâncias era fato que estariam sujeitos a acordos comerciais internacionais com possibilidade de perda para o recém formado Estado constituído por um poder central e uma corte ávida de lucros rápidos e sem esforços.

A economia da metrópole estava condicionada ao ouro retirado do Brasil que servia para abastecer Portugal de gêneros alimentícios como o trigo e de produtos industrializados que não eram fabricados internamente. O livro sobre o tratado de Methuen procura discutir as condições indispensáveis à industrialização integral.

Veremos que pelo atraso econômico bastante evidente no século XVIII, o Tratado de Methuen estaria na origem da desindustrialização de Portugal, assim como da conversão das terras de pão em terras de vinha. A evasão do ouro do Brasil em direção à Inglaterra que desequilibrava a balança de pagamentos também seria conseqüência do tratado. As acusações ao acordo econômico são apresentadas como motivo do declínio luso porque levaram à condição de subalternidade portuguesa no

desenvolvimento comercial do mundo moderno. Sodré na obra "O Tratado de Methuen" procura analisar cada uma das acusações e constata a ocorrência dos fatos, mas questiona o papel do tratado no seu desencadeamento.

*"Afirmar que essa evasão derivou simplesmente do tratado de 1703 – que coincidiu, de fato, com a época em que se desenvolveu a produção brasileira do ouro – é desconhecer os rudimentos do moderno comercialismo".  
(SODRÉ, 1967, p. 03).*

O comércio português de importação e exportação assim como parte do comércio de retalhos era dominado por casas inglesas em Portugal. Só o comércio com os portos brasileiros era exclusivos dos portugueses. Do Brasil vinham as especiarias, o ouro, as pedras preciosas, as frutas, as aves exóticas ao costume europeu. Mas as manufaturas do reino eram limitadas e o mercado interno era exclusivo dos portugueses na maioria das vezes. A subordinação portuguesa ao desenvolvimento comercial inglês foi um episódio da expansão capitalista que ocorreu de modo desigual nas diferentes partes do globo e não foi causada pelo tratado. Transformou as práticas comerciais vigentes em acordo comercial.

O caso do atraso português no desenvolvimento em detrimento do tratado que seria assinado entre Portugal e Inglaterra serve como objeto de reflexão para a sociedade brasileira contemporânea, uma vez que se tornaram escravos do vinho como única fonte de obtenção de recursos.

As análises que procederemos a seguir vão estudar melhor para compreender os fatos relativos que antecederam o Tratado de Methuen. É de importância fundamental para o entendimento de outros acontecimentos históricos ocorridos às duas nações. Por exemplo a Revolução Industrial na Inglaterra e quanto a Portugal, a fuga da Família Real portuguesa para o Brasil. A falta de infra-estrutura e a falta de investimentos no Brasil Colônia encontrados pela Família Real na sua chegada quando transformou sua Colônia em Reino, ou, uma espécie de segundo reino de Portugal agora em terras brasileiras. Para destacar esses fatos, basearemos nossa discussão nas opiniões de alguns historiadores, como uma mostra das divergentes conclusões que o tratado gerou dentro da história da civilização ocidental.

## 2.1. Os Antecedentes econômicos de ambas as partes que contribuíram para o Tratado

A Inglaterra tornou-se o país pioneiro da industrialização por causa de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, entre os quais podemos destacar:

- Os lucros provenientes da revolução comercial;
- A existência de amplo mercado inglês;
- O poderio naval inglês;
- A Revolução Gloriosa e a Política do *“laissez faire”*;
- A disponibilidade de mão-de-obra barata.

Depois dessa enumeração trataremos de explicar o papel de alguns desses fatores no progresso de evolução e industrialização inglesa do século XVIII. A Inglaterra foi o país que mais lucrou com a Revolução Comercial. A liderança do país resultou num extraordinário aumento da riqueza nacional que embora concentrada nas camadas dominantes da sociedade, favoreceu também na criação de amplo mercado consumidor interno. Para manter o comércio com todas as áreas dominadas pelos ingleses dentre elas o Canadá, as Antilhas e até o continente asiático, os ingleses possuíam o maior poderio naval do mundo.

A Inglaterra também se destacou como país mercantilista e estava mais preparado para qualquer acordo que pudesse melhorar a economia. A doutrina e a política mercantilista situavam-se numa fase histórica precisa, a do capitalismo mercantil que era etapa intermediária do esfacelamento da estrutura feudal. Em seus momentos iniciais o feudalismo na Inglaterra promoveu um grande desenvolvimento das técnicas e dos instrumentos de produção. O aparecimento do arado de ferro, o aperfeiçoamento da viticultura, da vinicultura, da horticultura e também da criação de eqüinos, ao lado de outras realizações materiais, assinalou de maneira expressiva o referido progresso. Numa perspectiva global a desintegração do regime feudal de produção derivou dos abalos sofridos pelo sistema em decorrência do ressurgimento do comércio a longa distância no Continente Europeu promovido por Portugal e Espanha. Boris Fausto e Roberto Bueno são unânimes em dizer que esses países quase sem território deviam efetivamente promover a ampliação do raio geográfico das atividades mercantis que provocou transformações relevantes na estrutura feudal.

A abertura do Mediterrâneo à presença ocidental possibilitando o comércio com o Oriente e o conseqüente aumento do volume das trocas entre regiões européias até então comercialmente isoladas geraram um universo econômico complexo diante do qual o feudalismo reagiu de modos diversos. De um lado, nas áreas próximas às grandes rotas comerciais onde a presença do comerciante era constante, o desenvolvimento do setor mercantil e da economia de mercado levou a uma natural dissolução dos laços de dependência servil (fim dos feudos). Do outro, em regiões menos desenvolvidas comercialmente onde o contato com o mercado era privilégio das elites dominantes da sociedade feudal, o renascimento comercial promoveu numa primeira fase o reforço dos laços de servidão. Os Estados Nacionais e as Monarquias Absolutistas foram o resultado da unificação de feudos. As monarquias absolutistas foram o instrumento político empregado na superação das crises determinadas pela desintegração do feudalismo. As conquistas ultramarinas e o conseqüente desenvolvimento da economia européia propiciaram a um grande número de pensadores europeus a elaboração de um projeto teórico que serviria de guia para o estabelecimento de uma política econômica que era favorável ao fortalecimento dos Estados Nacionais e ao enriquecimento de suas camadas mercantis. Esse conjunto de doutrinas e normas que caracterizaram a história e a política econômica dos Estados europeus ficou conhecido pela denominação genérica de Mercantilismo. O Mercantilismo teve um objetivo preliminar estritamente prático e imediato de estabelecer as diretrizes econômicas do Estado Nacional centralizado. Embasados nessas leis os Estados Nacionais como a Inglaterra puderam se garantir para um projeto de país em longo prazo.

O mercantilismo inglês era fundamentalmente industrial e agrícola, sua política econômica era sempre bem planejada. O governo incentivava a produção manufatureira protegendo-a da concorrência estrangeira por meio de uma rígida política alfandegária. Houve a formação de uma burguesia industrial que empregava o trabalho assalariado e era dona dos meios de produção (máquinas, galpões, equipamentos). O mercantilismo não foi um sistema econômico e, portanto, não pode ser considerado um modo de produção, terminologia que se aplica ao feudalismo. Na verdade o mercantilismo foi à lógica econômica da transição do feudalismo para o capitalismo.

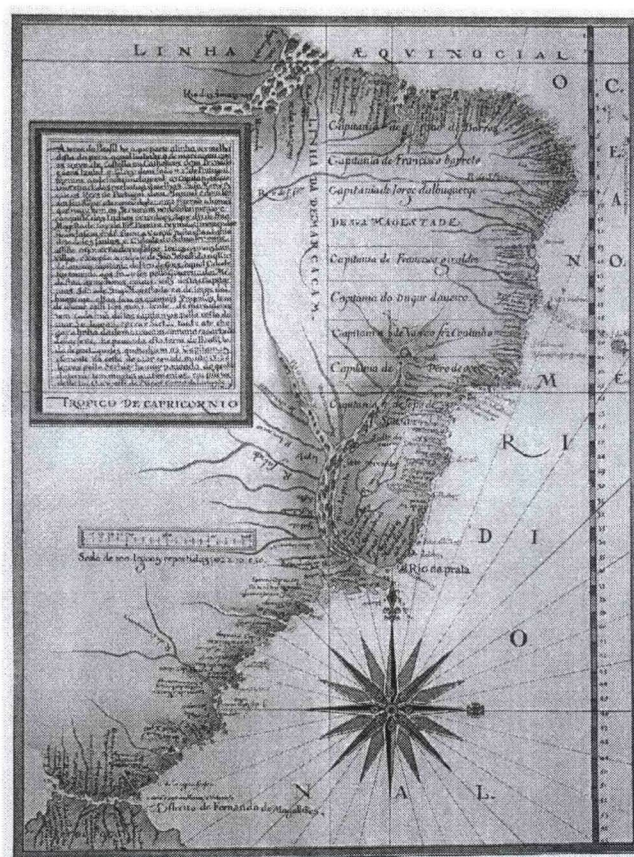


Figura 1: Mapa das Capitânicas Hereditárias. Acervo FUMCUL. Paranaguá. 2006

Quanto a Portugal, responsável pela expansão ultramarina, foi um dos primeiros Estados Nacionais a serem formados com o comando político centralizado em um rei. O domínio português compreendia diversos domínios coloniais, (como mostra a figura 2 a seguir), dos quais obtinha riquezas agrícolas e mantinha tráfico de escravos além da exploração de ouro e pedras preciosas das suas colônias, principalmente no Brasil, dividido em Capitânicas Hereditárias.

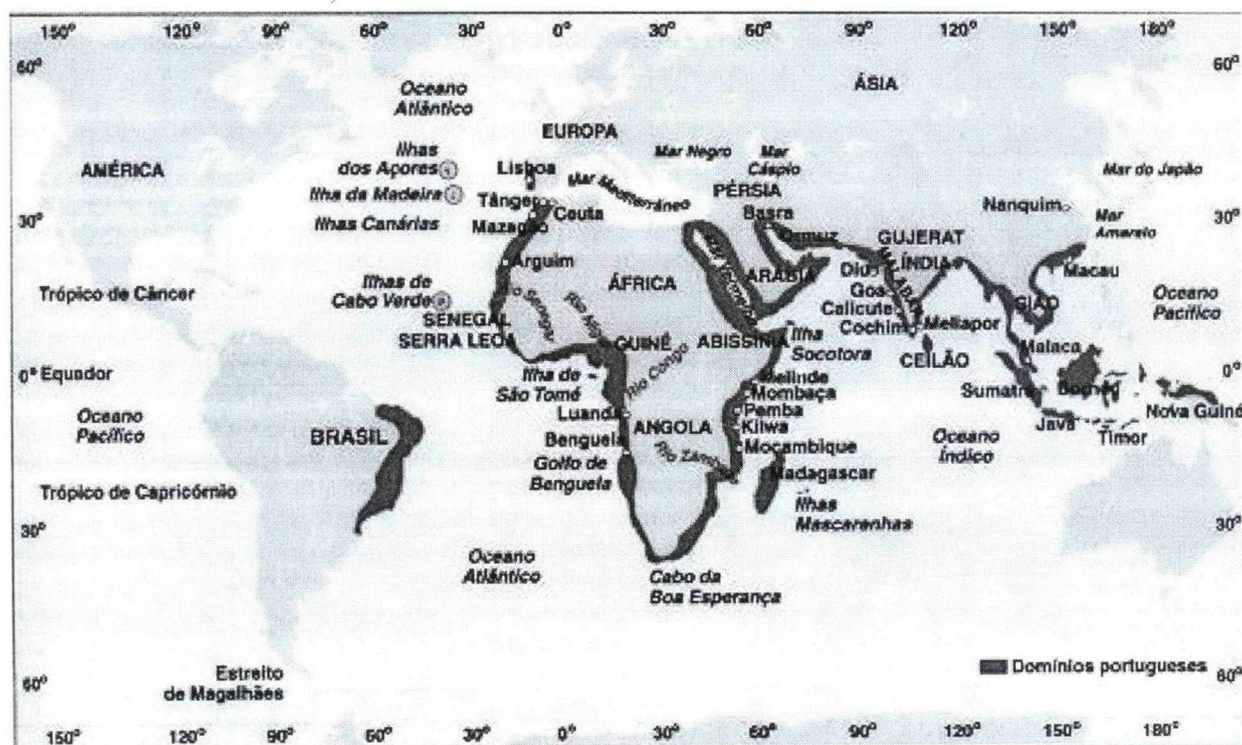
Sem contar que Portugal controlava o valioso e lucrativo comércio de especiarias das Índias, era de longe naquela época a maior força europeia, tanto política quanto economicamente. As outras nações da Europa, principalmente a Inglaterra e França, não tinham condições para enfrentar tal soberania, pois eram países que, durante a expansão lusa, iniciaram sua recuperação da Guerra dos Cem Anos (1338 - 1453), e assim não poderiam combater com afinco o crescimento econômico ibérico.

Tal diferença de poder influenciava, obviamente, as relações entre essas nações. Os autores são unânimes em dizer que os portugueses dominavam os acordos

econômicos feitos com os ingleses nessa época. O prestígio e poderio do Império lusitano determinavam tal predominância.

No entanto a nação portuguesa não pensava em seu futuro nem nas possibilidades de concorrência que poderiam enfrentar em seu domínio. Toda a riqueza que obtinham não se traduzia em crescimento, ao contrário, era consumida na manutenção de uma Corte suntuosa e na importação de artigos de luxo e de manufaturados, não se incentivando a modernização da agricultura ou o desenvolvimento de manufaturas, que se limitavam, segundo Sideri na obra "Comércio e poder: colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas", à pequena produção das *oficinas*, "indústria de pequena dimensão (...) abrangendo a própria família, enfim, algo parecido como sistema doméstico". O reino começava a entrar em decadência.

Figura 2. Mapa do Domínio Português. A parte escura representa os domínios do Império Português no Século XVI. Possuía diversos domínios coloniais, dos quais obtinha riquezas agrícolas, mantinha importante tráfico de escravos para suas colônias e controlava o valioso e lucrativo comércio de especiarias nas Índias. Acervo Almanaque Abril/2001.



A administração do Estado e das colônias não era eficaz, o que contribuía para problemas de mercado interno. Tal falta de visão de futuro é expressa por vários autores como decorrente da mentalidade do homem português, ainda presa excessivamente ao campo e às pequenas unidades de produção familiares. Como

disse Boris Fausto em sua obra – História do Brasil: Portugal vivia ainda no Feudalismo. Conclui-se que Portugal procurava soluções momentâneas, rápidas e fáceis, que poupasse esforços no presente, sem medir conseqüências futuras. A colonização brasileira, segundo o próprio Boris Fausto é o maior exemplo.

Não pensariam em resoluções e projetos em longo prazo, dessa forma, faltava ao português a mente mercantilista e, porque não, capitalista, voltada ao incremento das atividades produtivas, ao acúmulo de capital e conseqüente ampliação de lucros. A precoce centralização do poder e a grandeza lusitana não ocorreram na mesma proporção que a mudança dessa consciência. Sobre essa característica lusitana, escreveu o historiador Vitorino Godinho, na obra - "Os Descobrimentos e a Economia Mundial" página 240(resumo) que, "O Estado mercantilizou-se, mas não se organizou como empresa comercial, o dinheiro da expansão irá, sobretudo para a colocação imobiliária, especialmente na construção de igrejas e solares, o investimento, quando se deu, inscreveu-nos quadros senhoriais".

Nesse quadro, tornava-se cada vez mais oneroso manter as colônias e controlar gastos; o Estado Português beirava a falência. A perda da independência em 1580 somente veio piorar a situação já caótica. Formando a União Ibérica com a Espanha, Portugal envolvia-se diretamente com todos os conflitos armados que os espanhóis assumiam com o resto da Europa; isso implicava em gastos ainda maiores para uma economia já debilitada. O império colonial se desorganizou, sendo inclusive invadido por outras nações (como a Holanda no litoral pernambucano, nos anos 40 do século XVII). À mesma época, Inglaterra, França e Holanda desenvolviam sua economia e potencial marítimo, configurando-se como forças capazes de ameaçar a decadente dominação ibérica. Portugal consegue após diversas articulações e revoltas da nobreza, libertar-se do domínio espanhol em 1640, com o fim da União Ibérica.

Totalmente enfraquecido economicamente, (perdera o monopólio do comércio oriental; o Brasil fora invadido; o açúcar de suas colônias enfrentava concorrentes no mercado europeu) e politicamente (precisava do reconhecimento europeu à nova dinastia real de Bragança), o país teve de aceitar o novo equilíbrio de forças no continente e submeter-se a alianças com as potências mais fortes tendo em vista manter sua economia em funcionamento. Proteger-se de ataques e principalmente resguardar as posses coloniais no Ultramar. Para isso a nação lusitana vai lembrar 1383, nas suas origens, e constituir alianças com a antiga aliada Inglaterra que se configurava como a maior potência comercial do continente. O que se altera agora são as posições de dependência. Antes Portugal e Espanha destacavam como precursores

das viagens ultramarinas e a posse de novas terras. Fernando Novais escreveu, em sua obra "*Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*" página 39, que "o equilíbrio das relações políticas internacionais se organizava, nesse momento, em torno de França e Inglaterra (...) passando as monarquias ibéricas a segundo plano".

As políticas que cada nação seguiu ao longo desse tempo determinou uma ordem mundial mais diversificada a partir do século XVII, bem como a queda ibérica.

Nesse contexto, os ingleses assumem para Portugal, uma importância vital para a sobrevivência dos domínios ultramarinos e da economia. No entanto, aos portugueses coube um papel secundário no que se refere ao mundo inglês. A partir da análise dos fatos da época pode-se observar a importância política e econômica da Inglaterra para Portugal muito mais relevante que a importância de Portugal para a Inglaterra.

Aos ingleses interessava-lhes explorar comercialmente a nação ibérica, estender a rota comercial de suas manufaturas às colônias desta e ampliar sua esfera de poder na Europa, tirando da França, sua maior concorrente, que seriam possíveis aliados dos portugueses.

### **2.1.1. As Novas relações comerciais entre Portugal e Inglaterra**

Os acordos comerciais entre Portugal e Inglaterra começam, então, em 1642 após Portugal libertar-se da União Ibérica, assinando-se outros dois em 1654 e 1661. Nestes, fica clara a sujeição a que os lusos se submetiam. Os portos de Portugal eram abertos aos navios ingleses (que controlavam importações e exportações); comerciantes ingleses residentes em Portugal obtinham privilégios fiscais, civis e judiciais, não se submetendo inclusive às leis portuguesas. Portugal deveria obrigatoriamente adquirir seus navios na Inglaterra. Além disso, os comerciantes ingleses conseguem obter o direito de participar no comércio metropolitano com as colônias, exportando a elas seus produtos (com exceção de vinho, bacalhau, azeite e farinha, que eram monopólio lusitano) e fazendo os fretes de importação, dividindo com Portugal os lucros de venda na Europa (isso valia para todos os produtos coloniais, menos o pau-brasil, exclusivo da Coroa).

O que ocorre, pois, é a perda do monopólio colonial, se antes Portugal possuía exclusivismo na exportação e importação comercial com suas possessões, agora tinha de dividir tal comércio com a Inglaterra.

Os ingleses penetraram com seus produtos nas colônias e utilizando-se de sua maioria em número e tecnologia de navios, tornou-se o terceiro elemento nas transações entre Portugal e colônias. No entanto passam a dominar esse comércio, pois os produtos que exportavam para a nação portuguesa e colônias eram principalmente manufaturas, cuja venda lhes rendiam bons lucros.

Em contrapartida, o principal produto colonial oferecido era o açúcar, cuja venda na Europa rendia a maior parte das rendas a Coroa lusa. Mas este já era produzido pelas colônias antilhanas inglesas e distribuído na Europa, concorrendo com o português e determinando baixos preços. Configura-se assim o seguinte quadro: A Inglaterra lucrava vendendo produtos manufaturados e de primeira necessidade (alimentos, roupas) a Portugal e seus domínios possuindo também os direitos de transporte dos produtos portugueses às colônias e vice-versa, obtendo rendas por esses serviços.

Além do mais as importações coloniais e de produtos agrícolas concorriam no mercado europeu com as de outras metrópoles; as exportações para os mercados de suas colônias pouco rendiam, visto que eram dominados pelos produtos ingleses; suas exportações para a Inglaterra resumiam-se, principalmente, a vinhos, que, segundo Sideri na obra "Comércio e Poder" na página 11 - "já tinham desde tal época menor taxa de entrada no mercado inglês para concorrer com os franceses e outros alimentos; e ainda tinha de dividir parte do que ganhava, para pagar custos de transporte".

Essa perda do monopólio e exclusivismo agravou a situação portuguesa, bem como a diferença de valor entre os produtos trocados entre as duas nações, e não só criou um grande *déficit* na balança comercial com a Inglaterra, mas minou possibilidades de desenvolvimento. Sideri pensa que "o lento desenvolvimento do comércio de Portugal com as colônias provocava um incentivo na criação e expansão das manufaturas em Portugal".

No quadro números 3, percebemos que pelo menos as exportações portuguesas de vinho deram certo depois do tratado de Methuen. O escoamento para a Inglaterra passou de 1,200 pipas na década de 1675-1679, para 33.000 tonéis em 1789. Temos que compreender a ausência de informações e/ou a queda da produção após 1789, mas é fácil comentar de que o bloqueio continental procedido por Napoleão tenha ocasionado essa queda.

Quadro 4 : Exportação de vinhos para a Inglaterra de 1675 à 1789.

ANO	Pipas (em milhares)
1675-79	1,2
1680-84	14,0
1685-89	5,6
1690-94	11,1
1695-99	11,3
1700-04	15,9
1705-09	17
1710-1714	14,3
1715-19	22,8
1720-24	25,4
1725-29	27,1
1730-34	22,1
1735-39	25,4
1740-44	25,6
1745-49	26,2
1750-54	20,9
1755-59	21,0
1760-64	23,8
1765-69	26,9
1770-74	24,8
1775-79	24,8
1780-84	23,7
1785-89	33,1

Fonte: Simonsen, R. História Econômica do Brasil.

## Capítulo III

# O TRATADO DE METHUEN E O FINANCIAMENTO INGLÊS

O Tratado de Methuen foi um acordo comercial estabelecido no dia 27 de dezembro de 1703 entre a Inglaterra e Portugal. Permitiu à Inglaterra a exportação de produtos têxtil sem limitações a Portugal e às suas colônias. Em contrapartida a Inglaterra passou a comprar vinho de Portugal em troca da França. O nome refere-se ao político inglês John Methuen, que negociou este tratado em Lisboa. Este acordo era muito favorável para a Inglaterra, uma vez que assim, no início da revolução industrial ficou com um mercado maior para os seus produtos. Ao mesmo tempo, foi um fracasso para a produção têxtil em Portugal que assim entrou numa dependência econômica da Inglaterra. Além disso, a Inglaterra podia comprar vinho mais barato do que o vinho francês. É importante lembrar de que vinhos e tecidos não possuem o mesmo preço, isso gerou um déficit para Portugal. No entanto este foi superado com a exploração de ouro no Brasil, motivo da nossa pesquisa. O minério em questão, enviado a Portugal na forma do imposto conhecido como quinto, que consistia em 20% de todos o ouro extraído, era reenviado à Inglaterra para cobrir tal déficit. Assim é senso comum afirmar que o ouro brasileiro enriqueceu a Inglaterra no século XVIII e preparou as bases financeiras de sua revolução Industrial.

Para entendermos melhor vamos falar um pouco sobre a Revolução Industrial, na visão de Raymundo Campos, na obra "Estudos de História Moderna e Contemporânea":

*"Processo de mudança de uma economia agrária e baseada no trabalho manual para uma dominada pela indústria mecanizada e em grande escala. Teve seu início na Inglaterra por volta de 1760 e alastrou -se para o resto do mundo depois de seu sucesso. Caracterizou-se pelo uso de novas fontes de energia, pela invenção de máquinas que aumentam a produção, pela divisão e especialização do trabalho, pelo desenvolvimento do transporte e da comunicação e pela aplicação da ciência na indústria. Provocou profundas transformações na*

*sociedade, dentre elas o direcionamento da produção em larga escala para o mercado internacional, a afirmação do poder econômico da burguesia e a consolidação do capitalismo como sistema dominante na sociedade”.*

*(CAMPOS, 1988, p.134-135).*

O pioneirismo inglês, no século XVIII, deveu-se ao acúmulo de capital em razão da rápida expansão do comércio ultramarino e continental com as reservas de carvão e ferro, a grande quantidade de mão-de-obra, ao avanço tecnológico e à existência de mercados consumidores pelo mundo todo. (entre eles Portugal e suas colônias).

O novo sistema industrial instituiu duas classes opostas que eram os empresários, donos do capital, dos bens de produção, e os operários, que vendem sua força de trabalho em troca de salário. A Revolução Industrial concentrou os empregados em fábricas e mudou radicalmente o caráter do trabalho e sua importância.

### **3.1. A produção agrícola portuguesa se especializou nos vinhos**

Desde os tempos mais remotos, o vinho tem vindo a desempenhar um papel de relevo em quase todas as civilizações. Aliando esse fruto saboroso e nutritivo à bebida privilegiada, precioso néctar, dele extraída.

Nos séculos XV e XVI, no período da expansão portuguesa, as naus e galeões que partiram em direção à Índia, um dos produtos que transportavam era o vinho. No período áureo que se seguiu ao Descobrimento, os vinhos portugueses constituíam lastro nas naus e caravelas que comercializavam os produtos trazidos do Brasil e do Oriente.

Portugal se especializou na produção vinícola (em detrimento de outras culturas) e um pouco atenuada quando Pombal colocou intervenção estatal nas transações entre comerciantes e produtores com a Companhia de Vinhos do Alto Douro. Tamanhas facilidades somente poderiam atrair ingleses para estabelecer negócios em Portugal. Segundo João Lúcio de Azevedo na obra de Koshiba “História do Brasil” página 144 – resumo, “em 1717 contavam-se 90 casas de comércio inglesas somente em Lisboa”. Mas é preciso ressaltar que tal monopólio comercial inglês era reforçado também pelo que dissemos no Primeiro Capítulo com relação à falta de

mentalidade comercial dos portugueses, sua falta de preparo para o capitalismo. Portanto, em uma primeira conclusão, que já serve para desmistificar o Tratado de Methuen, visto por muitos erroneamente como o que estabeleceu a dependência lusitana aos ingleses. A dominação comercial portuguesa pela Inglaterra, bem como o domínio desta nas colônias lusas, estabeleceu-se logo após a Restauração. Methuen não a constitui, mas sim a reforça, como escreveu Sideri, em “Comércio e Poder”: “O tratado foi uma das barreiras inglesas, uma articulação econômica com méritos econômicos para os ingleses em larga escala. Para os portugueses que não se organizaram restou-lhe o papel de consumidor e devedor”.

### 3.3. O Tratado e algumas de suas interpretações

Assinado em 27 de dezembro de 1703 em Lisboa, o Tratado de Methuen constava de três artigos, afirmando que a Inglaterra se comprometia a adquirir os vinhos de Portugal, pagando estes dois terços dos direitos impostos aos vinhos franceses. Na mesma lógica, os portugueses se comprometiam a adquirir os panos ingleses.

O Tratado de Methuen estava assim constituído:

*“A Aliança e estreita amizade que subsistem entre a Sereníssima e Poderosíssima Princesa Ana, rainha da Grã-Bretanha, e o sereníssimo e Poderosíssimo Senhor D. Pedro, rei de Portugal, pedindo que o comércio de ambas as nações, inglesa e portuguesa, seja promovido quanto possível for:*

*E Sua Sagrada Majestade a Rainha da Grã-Bretanha, tendo dado a entender a Sua Sagrada Majestade El-Rei de Portugal, pelo Exmo. Cavaleiro João Metwen, membro do Parlamento da Inglaterra e seu embaixador extraordinário em Portugal, que seria muito do seu agrado se os panos de lã e as mais fábricas de lanifícios da Inglaterra, fossem admitidos em Portugal, tirando-se a proibição que havia de introduzi-los naquele reino: para tratar e completar este negócio, deram seus plenos poderes e ordens, a saber:*

*Sua Sagrada Majestade Britânica ao sobredito Exmo. Senhor João Metwen; Sua Sagrada Majestade Portuguesa ao Exmo. D. Manuel Teles, marquês de Alegrete, Conde de Vilar Maior, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, etc. Os quais, em virtude dos plenos poderes a eles respectivamente concedidos, depois de uma madura e exacta consideração nesta matéria, concordaram nos artigos seguintes:*

*Artigo 1º Sua Sagrada Majestade El-Rei de Portugal promete, tanto em próprio nome como dos seus*

*sucessores, admitir para sempre daqui em diante no reino de Portugal os panos de lã e mais fábricas de lanifícios da Inglaterra, como era costume até o tempo que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário.*

**Artigo 2º** *É estipulado que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em seu próprio nome, e no dos seus sucessores, será obrigada para sempre, daqui por diante, a admitir na Grã-Bretanha os vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja paz ou guerra entre os reis de Inglaterra e de França) não se poderá exigir de direitos de alfândega nestes vinhos, ou debaixo de qualquer outro título, directa ou indirectamente, ou sejam transportados para Inglaterra em pipas, tonéis ou qualquer outra vasilha que seja mais do que o que se costuma pedir para igual quantidade da medida de vinho de França, diminuindo ou abatendo uma terça parte do direito do costume.*

*Porém, se em qualquer tempo esta dedução ou abatimento de direitos, será feito, como acima é declarado, for por qualquer modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Majestade Portuguesa poderá, justa e legitimamente, proibir os panos de lã e todas as demais fábricas de lanifícios de Inglaterra.*

**Artigo 3º** *Os Exmos. Senhores Plenipotenciários prometem, e tomam sobre si, que seus amos acima mencionados ratificarão esta tratado e que dentro do termo de dois meses se passarão as ratificações.*

*Em fé e testemunho de todos estes artigos, eu, o plenipotenciário de Sua Sagrada Majestade Britânica, tenho confirmado este tratado, assinando-o, selando-o com o selo das minhas armas;*

*E o Exmo. Plenipotenciário de Sua Sagrada Majestade Portuguesa, para evitar a disputa a respeito da precedência entre as duas coroas da Grã-Bretanha e de Portugal, assinou outro instrumento do mesmo teor, mudando somente o que devia ser mudado por este motivo. Dado em Lisboa a 27 de Dezembro de 1703."*

(SIDERI, 1970, p. 303-304).

Este tratado, como afirmamos somente confirmou os termos já definidos nos tratados do século anterior; ele apenas reafirma e confirma as práticas comerciais de exportação vinícola e têxtil que as nações desenvolviam entre si. Na prática, podemos considerar, e é o lado defendido neste trabalho, que Methuen apenas ajuda a agravar a crise econômica lusitana e fornece aos ingleses os subsídios para financiar a Revolução Industrial e firmar-se definitivamente como a maior potência européia, principalmente usando as reservas de ouro vindas do Brasil.

Portugal em dívidas com a Inglaterra escolheu como compensar tal situação e pagar os déficits, garantindo assim a manutenção das relações com seu maior parceiro e a proteção militar contra invasões que ele lhe assegurava. Aqui entra o ouro das

minas brasileiras; será este metal, o grande fator econômico que os lusos oferecerão à Inglaterra para equilibrar o comércio? E não se pode negar que o metal era de interesse inglês, pois o tratado foi coincidentemente assinado na época em que começava a descobrir-se ouro no Brasil, afinal, a Inglaterra necessitava de ouro para equilibrar sua própria balança comercial com a França, além de aumentar seus estoques e ampliar a circulação de moeda corrente em seu território, intensificando assim o mercado interno e os capitais que este poderia gerar com o incremento da produção que tal mercado pediria. Esse pensamento é uma afirmação e confirma nossa indagação.

O metal brasileiro não tendo em que ser investido em Portugal, pois não possuía mercado interno e não tinha atividades manufatureiras a serem expandidas, acabou sendo escoado quase em sua totalidade para a nação inglesa, permitindo a acumulação de capitais por parte da burguesia inglesa bem como o crescimento do mercado local.

Ou seja, será um fator essencial para a ocorrência da Revolução Industrial, que colocou a Inglaterra na liderança mundial. Claro que para tal acontecimento não se pode negar a influência dos próprios termos de Methuen, ao conseguir um mercado fiel aos seus tecidos, a indústria inglesa pôde desenvolver sua produção, ajudando a criar a condição para acumular capital a ser reinvestido.

Em troca de tantas vantagens somente tiveram de ajustar seu paladar para consumir vinho do Porto, que era, de início, preterido pelos da França.

Portanto, em uma segunda conclusão podemos afirmar que o Tratado de Methuen confirmou a dominação inglesa sobre Portugal e suas colônias, em especial o Brasil. Mais do que isso impediu o desenvolvimento industrial lusitano ao controlar seu abastecimento de têxteis e fez-se maior com o ouro brasileiro. No entanto, esse consenso sobre Methuen não existe, até hoje diversos autores debatem o tratado. Existem historiadores que consideram-no como benéfico para ambas às partes, pois os vinhos lusos estabeleceram-se de vez nas ilhas inglesas, os panos ingleses penetraram em Portugal derrubando as restrições impostas no final do século passado, quando a política do Conde de *Ericeira* tentou desenvolver manufaturas nas terras lusitanas para evitar gastos maiores com importações. No entanto, tal tentativa foi combatida e vencida por pressões inglesas e até mesmo internas, como a aristocracia portuguesa atravancava o desenvolvimento industrial, pois considerava este um rompimento de suas tradições campestres.

Portugal realmente enfrentou decadência manufatureira, mas não em decorrência do tratado de Methuen e sim do ouro brasileiro, pois sua obtenção do metal na colônia americana fizera com que Portugal parasse de se preocupar com o desenvolvimento de outras formas de pagar suas dívidas com a Inglaterra ou procurasse incrementar a produção agrícola e de manufaturas internamente para assim reduzir importações, visto que havia agora ouro para pagar tais dívidas. Teria sido então a posse do metal um estimulador para solucionar os problemas facilmente, sem se pensar em longo prazo de que o ouro poderia acabar e, sem desenvolvimento interno, a necessidade de importação tornar-se maior.

Parece-nos que o caráter do lusitano de procurar soluções rápidas e instantâneas para seus problemas e não fazer projetos para o futuro, prendendo-se totalmente ao momento vivido, era uma realidade.

No aspecto manufatureiro não podemos generalizar, afinal algumas manufaturas funcionavam nas localidades do interior, as classes populares continuavam a consumir os tecidos portugueses que eram de pior qualidade, mas tinham seus preços mais baixos. Os maiores consumidores de tecidos ingleses eram as classes médias e a nobreza, habitantes das regiões costeiras e influenciadas diretamente pelos navios ingleses que chegavam abarrotados de tecidos. No entanto, nem sempre esses tecidos penetravam no interior da nação, o que garantia a preponderância dos panos nacionais nessas áreas. O que Macedo procurou demonstrar é que: "tanto antes quanto depois do Tratado de Methuen, continuou a existir indústria de lanifícios em Portugal, com amplo e longo consumo". Essa visão contrária, assim, a visão de Sideri, talvez um pouco extremista.

João Lúcio de Azevedo, em "Épocas de Portugal Econômico", cita que: "o abastecimento de panos às forças armadas era encargo das manufaturas portuguesas"; mas não deixa de ressaltar que tal indústria estava em decadência, aponta os motivos como exclusivismo inglês no abastecimento comercial, a insuficiência técnica e falta de participação de um Estado decidido a apoiar esse processo de industrialização e não preso à mentalidade feudal de sua nobreza, entrando de uma vez no universo capitalista.

Assim, o Tratado de Methuen tem sua importância no quadro econômico e político do século XVIII. Determinou o domínio inglês sobre Portugal com um mercado garantido para seus produtos e fundo monetário para realizar a Revolução Industrial tornando-a assim como a maior potência européia. Trata-se de um fato histórico a ser estudado devendo em muitos de seus aspectos e conseqüências ser analisadas

cautelosamente, pois esta foi a proposta que procuramos desenvolver nesta pesquisa bibliográfica.

A invasão napoleônica em quase toda a Europa é a resposta ao monopólio inglês com o Bloqueio Continental que vai dar a Portugal alternativas de escapar do jugo inglês e contribuir para a vinda da Família Real ao Brasil com a criação do reino de Portugal nas terras do Brasil.

### **3.4. A Expansão Napoleônica, o Bloqueio Continental e a Vinda da Família Real para o Brasil**

Napoleão chegou ao poder através do golpe de 18º Brumário, em 1799, que pôs fim à Revolução Francesa ao dissolver o Diretório. A partir disso foi concentrando o poder em suas mãos até que em 1804 proclamou-se imperador da França. Uma de suas principais providências econômicas foi o Bloqueio Continental para fazer face ao poderio britânico decretado em 1806, fechando o continente europeu à Inglaterra. Ele procurou assim criar todo tipo de dificuldades econômicas a fim de desorganizar a economia inglesa. Todavia, o bloqueio contrariava também os poderosos interesses econômicos do continente e, logo de início, encontrou fortes oposições. Outra fragilidade do bloqueio encontrava-se no fraco desempenho das indústrias francesas, incapazes de ocupar o grande vazio deixado pelo súbito corte do fornecimento britânico. Além disso, os produtos coloniais cuja distribuição era controlada pela Inglaterra teriam de encontrar substitutos adequados.

A vinda da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro em consequência desse bloqueio em 1808-1821 foi vista por Anibal de Almeida Fernandes e reflete a intenção de Napoleão em estancar o apogeu do Império Britânico. Ele comenta:

*“A Europa está devastada pelo furacão Napoleão que mexeu em todos os tronos europeus e, no fim de 1807, está chegando em Portugal. É a madrugada de 27/11/1807 e a corte, desesperada, se atropela com pressa e desordem no cais de Belém para embarcar, filhas sem pais, mulheres sem marido, pessoas da alta nobreza se acham a bordo sem roupa e com pouco ou nenhum dinheiro. Dom João, e Dom Pedro Carlos, infante de Espanha, tomam a galeota Príncipe Real, Dona Carlota, as infantas e o infante Dom Miguel, embarcam na fragata Rainha de Portugal; Dom Pedro, príncipe do Brasil, espera a avó, a rainha, Dona Maria 1a, a Louca, que aos urros entremeados de lamúrias e exclamações de Ai Jesus!, Ai Jesus !, recusa-se a embarcar pois quer ficar com o povo e resistir e, ambos,*

*embarcam. Trazem metade do tesouro português, algo em torno de 80 milhões de cruzados, a outra metade já fora quase toda gasta para comprar a neutralidade com a França de Napoleão, sequiosa dos tronos europeus, e o que resta em Lisboa, cerca de 10 milhões de cruzados, não dava para mover o reino e pagar as dívidas". (KOSHIBA, 1993, p. 150).*

Segundo relatos de Boris Fausto em "História do Brasil" página 115: "A esquadra composta de 8 naus, 3 fragatas, 2 brigues, 1 escuna de guerra, 1 charrua de mantimentos e mais 20 navios mercantes da marinha portuguesa foi pequena para acomodar as 15.000 pessoas que fugiam de Portugal vindo para o mais longe possível, no caso o Brasil".

Aqueles que ficaram conseguiram embarcar nas embarcações brasileiras e americanas que estavam no porto de Lisboa. Outros ficaram esperando, o dito popular "ficou a ver navios" vem desta época. Ainda muitos nobres que não quiseram fugir abalados com o Massacre dos Távoras na época do Marquês de Pombal aderiram ao inimigo e se apressaram a lhe fazer rapapés convidando-o para recepções.

Portugal já vinha desde a época do pós-descobrimento a perder sua importância econômica e política no contexto mundial que fora imenso, pois a tenacidade, competência técnica, empresarial e logística que demonstrara fizera o comércio tornar-se mundial e os lucros e as riquezas foram formidáveis para o país. Dois fatos causam um enorme prejuízo às finanças do reino uma delas foi a Restauração dos Bragança, após o domínio espanhol de 1580 a 1640, custou muito caro, pois o auxílio inglês significou o casamento da filha de D. João 4º com o rei Carlos 2º da Inglaterra em 1661 e para isso houve o dote de 2 milhões de cruzados e a entrega da região de Tanger e Bombaim. A alegada expulsão dos holandeses de Pernambuco, em 1654, que fora o ponto mais rico do mundo colonial português com sua exportação de açúcar atingindo 700 mil arrobas, fez com que, entre 1661 (Tratado de paz de Haia) e 1730, Portugal tivesse que pagar à Holanda, 4 milhões de cruzados de indenização, além de entregar o Ceilão e as ilhas Molucas para a Holanda.

Por conta dessa desastrosa política de entrega de patrimônio e perda de renda, em 1800 Portugal já estava sem força, pois acabara o dinheiro que vinha do Brasil, cujo apogeu foi entre 1750 e 1760, quando se estima que veio uma fortuna, de 2,5 milhões de toneladas de ouro e 1,5 milhões de quilates de diamantes, que ajudou a reconstruir Lisboa destruída pelo terremoto, ao tempo de D. José 1º e do Marquês de Pombal cuja energia, dinamismo e autoridade tiraram Portugal da letargia em que estava desde a época pós-descobrimento.

Portugal era um país em processo de alienação como metrópole autônoma, pois começou dando aos ingleses condições de igualdade com o português, mas avançou a ponto de sacrificar nossa indústria em prol da britânica e acabou por concordar em eliminar a lavoura brasileira para favorecer a agricultura das colônias inglesas das Antilhas.

A corte portuguesa aliada ao rei estava hesitante. Qualquer opção significaria no mínimo o desmoronamento do Estado e do sistema colonial ou do que dele ainda restava, a própria soberania de Portugal encontrava-se ameaçada, sem que fosse possível vislumbrar uma solução aceitável.

Nesse contexto, destacou-se o papel desempenhado pelo diplomata inglês em Portugal; Strangford que como representante soube impor sem vacilação o ponto de vista da Coroa britânica.

Indeciso, o príncipe regente D. João VI adiou o quanto pôde a solução pois qualquer alternativa era danosa à monarquia. Afinal a iminente invasão francesa tornou inadiável o desfecho. A fuga da Corte para o Rio de Janeiro decidida na última hora trouxe não obstante duas importantes conseqüências para o Brasil a primeira foi a ruptura colonial e o seu ingresso na esfera de domínio da Inglaterra.

Para a Corte de Lisboa colocou-se a seguinte situação, permanecer em Portugal e sucumbir ao domínio napoleônico ou retirar-se para o Brasil. Esta última foi a solução defendida pela Inglaterra.

Agora em mais uma atitude arriscada e desafortunada, a Família Real Portuguesa instala-se no Brasil, é um momento de transição, é um divisor de águas da história do Brasil segundo os historiadores. O fato de entregar as nossas riquezas quando do período colonial sem retorno financeiro com investimentos na infra-estrutura vai se repetir agora com a chegada dos nobres. Mas eles encontraram uma colônia sem nenhum preparo para receber tantos nobres.

Aníbal de Almeida Fernandes comenta sobre a chegada da Família Real ao Brasil: "A corte desembarca a 7/3/1808, todos imundos, fedidos, com pulgas e piolhos, no Rio de Janeiro cuja população total era de 60.000 almas, das quais 40.000 escravos negros". A chegada à baía é assim descrita por um viajante da época, Não existe viajante algum que, tendo visto o Rio, não fale com admiração do magnífico espetáculo proporcionado pela baía da cidade.

Esta baía é ainda mais vasta que a baía de Constantinopla, pois tem 5 léguas de extensão por  $\frac{3}{4}$  de milha de largura e é defendida por rochas graníticas de efeito grandioso e poderia acolher todas as frotas do mundo sem amontoamento. Quando se

entra na baía após o sofrimento da longa travessia fica-se comovido com o esplendor do panorama. O mesmo autor comenta. “Porém, que decepção se sente, oh meu Deus, quando se sai do ancoradouro! Os perfumes que vem da baía são infectos!”.

A explicação é simples, a água das casas era transportada pelos escravos de várias fontes em barris. No fim da tarde, carregavam os detritos, pois as casas não tinham fossa séptica, já que o lençol freático por causa do solo pantanoso estava muito próximo da superfície e todos os detritos domésticos eram postos em barris que os escravos punham sobre a cabeça e para o mar jogavam-nos. Isso dá para imaginar o mau cheiro com o terrível calor do lugar.

Aníbal de Almeida Fernandes ainda comenta, na transcrição de Koshiba - “História do Brasil”:

*“O Hotel Pharoux, que hospeda os estrangeiros, fica inabitável conforme a direção do vento. Mais tarde, uma viajante francesa diz que as margens da baía não passam de um vaso sanitário infecto e as praias que pareciam tão belas do navio, eram o receptáculo das imundícies de toda a cidade!*

*A cidade andava extasiada com as notícias de que estava próximo o dia do rei, em pessoa, estar na exuberante capital tropical, e o vice-rei e capitão geral do Brasil, Dom Marcos de Noronha e Brito, apoiado pelos grandes da terra, preparava a recepção e a instalação da corte, dando exemplo ao despejar-se, a si próprio, do palacete em que vivia para cedê-lo aos ilustres migrantes sem teto. Só do reino são 15.000 pessoas, da Inglaterra e França fortes comerciantes, da Itália vários artistas, da Áustria sábios naturalistas e da costa da África pretos de várias compleições. Na realidade, não resta opção para os moradores, pois uma das primeiras leis baixadas pelo regente, Dom João, foi impedir que os fluminenses tivessem mais que uma propriedade, ordem extensiva às lojas e armazém, determinando que a segunda propriedade fosse entregue aos migrantes necessitados vindos da mãe pátria. Esta lei esteve em vigor até 1818”. (KOSHIBA, 1993, p. 151).*

Esses fatos e outras histórias compreenderam o período da chegada da Família real ao Brasil, demonstrando a condição de miséria e abandono que estava a Colônia sem os auspícios da Coroa Portuguesa. Os gastos desnecessários e o pagamento de dívidas da metrópole contribuíram e muito para que não existisse um investimento no Brasil de infra-estrutura, a colônia cresceu em número de pessoas, mas não se desenvolveu. As condições de vida encontradas por D. João VI e Carlota Joaquina é o reflexo disso, muitos bem relatados pelo historiador.

A estada de D. João VI no Rio permitiu a reorganização política-jurídica do país e se estabeleceram os contatos mais ou menos amistosos e conflitantes entre as duas partes, a nobreza migrada e as elites da terra constituída por negociantes de grosso trato, sendo que todos primavam por alargar e enfatizar as distâncias sociais, pois era o que restara para essa gente saqueada, perseguida, exilada, humilhada, na indigência financeira, que ao desembarcar não tinha nada além da honra e da etiqueta como os únicos elementos que lhes conferiam a identidade como grupo e podiam qualificá-los no teatro da corte, e aos da terra nada mais restava do que ostentar o poderio econômico que pensavam ter e esse comportamento poder-lhes-ia comprar a distinção junto ao rei.

Nesse encontro nada tranqüilo, nessa fusão conflituosa de interesses orquestrada sabiamente pelo rei se definiram os contornos da nascente classe dirigente brasileira que promoveu a construção do Estado Imperial durante o século XIX e em algumas particularidades permanecem como elementos construtivos da relação política social no Estado Brasileiro.

Objeto de estudos de portugueses e brasileiros, o período joanino se presta a análises comparativas das interpretações de diversos historiadores construídas em diferentes perspectivas. Vejamos um exemplo dessas diferenças, na obra *Evolução política do Brasil* (1ª ed: 1933), o historiador brasileiro Caio Prado Júnior na obra "Formação do Brasil Contemporâneo" página 76, observou que se os marcos cronológicos não se estribassem em aspectos externos e formais a independência brasileira poderia ser assinalada pela transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808. Na análise de Caio Prado ao instalar no Brasil a sede da monarquia e ao tomar medidas de grande impacto político e econômico, (como a abertura dos portos), D. João aboliu efetivamente o regime colonial. E mais, promoveu uma inversão de papéis entre Brasil e Portugal em que a antiga colônia transformava-se em sede do governo metropolitano. Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o Regente aboliu o regime de colônia em que o país até então vivera.

Todos os caracteres de tal regime desapareceram restando apenas a circunstância de continuar à sua frente um governo estranho. São abolidas uma atrás da outra as velhas engrenagens da administração colonial e substituídas por outras já de uma nação soberana. Caem algumas restrições econômicas e passam para um primeiro plano das cogitações políticas do governo, os interesses do país. Em vez de uma perspectiva de "emancipação brasileira", os efeitos da instalação da Corte joanina no Rio de Janeiro podem ser focalizados pelo ângulo da crise que provocou em

Portugal. Nesse sentido, o historiador português José Hermano Saraiva, traduzida por Koshiba na obra "História do Brasil", (1993), sintetizou:

*"O Brasil constituía então uma base essencial da economia portuguesa. A nossa exportação era quase toda (exceptuando o vinho do Porto) canalizada para os portos brasileiros; a nossa importação vinha quase toda do Brasil; as matérias-primas tropicais faziam escala em Lisboa e daqui eram reexportadas para o exterior. Todo comércio dependia desse sistema e desse tráfico vivia a marinha mercante. A emancipação econômica do Brasil teve, portanto conseqüências graves na economia portuguesa. A antiga colônia passara, em poucos anos, de fonte de rendimento a fonte de despesa. Muitos dos nobres instalados na corte do Rio viviam à custa dos bens que possuíam em Portugal. Assim, a política joanina de romper antigas subordinações do Brasil em relação à Metrópole provocou crises em Portugal. Em razão das contradições entre Colônia e Metrópole, as medidas que "libertavam" o Brasil desse sistema de exploração colonial "sufocavam", em contrapartida, Portugal".*  
(KOSHIBA, 1993, p. 176-177).

### **3.4.1. As Conseqüências do Bloqueio Para Portugal**

A economia portuguesa há muito se encontrava subordinada à inglesa, daí a relutância de Portugal em aderir incondicionalmente ao bloqueio. Napoleão resolveu o impasse ordenando a invasão do pequeno reino ibérico. Sem chances de resistir ao ataque, a família real transferiu-se para o Brasil em 1808 sob proteção inglesa. Começou então no Brasil o processo que iria desembocar finalmente na sua emancipação política.

Desde o fim da União Ibérica (1580-1640) as pretensões expansionistas da Espanha sempre estiveram entre as principais preocupações da política externa portuguesa. Particularmente receavam-se as conseqüências de uma aliança entre o vizinho ibérico e a França que tornaria iminente o risco de uma invasão. Foi o que ocorreu em 1795, durante uma das coligações que opuseram Inglaterra e França após a Revolução de 1789.

Daí em diante, Portugal procurou sustentar uma posição de neutralidade, chegando mesmo, mais tarde, a buscar obedecer às exigências francesas de fechar os portos do continente as embarcações britânicas (1802), sem, contudo romper inteiramente os tradicionais vínculos que os uniam à Inglaterra.

Essa estratégia conciliatória, até então eficaz, caiu por terra em 1805 quando nova aliança franco-espanhola condicionou o apoio de Madri a ocupação do território português. Como consequência, em 1807, as tropas napoleônicas acabaram por cruzar a fronteira portuguesa e sem encontrar grandes resistências rapidamente avançaram sobre Lisboa.

O embarque da Corte em direção ao Novo Mundo, embora precipitado pela invasão, constituía uma opção para a Coroa portuguesa. Considerada sempre como última saída em momentos de crise, essa proposta, porém adquiria nesse momento uma outra dimensão. Entre 1796 e 1803, o secretário do ultramar e depois presidente do Tesouro, Rodrigo de Souza Coutinho, advogara com vigor a concepção de um império luso-brasileiro com a qual pretendia eliminar os riscos de uma independência do Brasil, o mais rico dos territórios da monarquia concedendo a colônia na América uma posição de igualdade em relação a Portugal.

Assim, ao decidir transplantar-se para o Rio de Janeiro, a Coroa não endossava propriamente o projeto de D. Rodrigo, mas emprestava-lhe um alcance muito maior. Doravante, enquanto perdurasse a crise na Europa, era o Brasil que se transformava em metrópole enquanto Portugal reduzia-se a colônia. As consequências seriam enormes. Segundo Boris Fausto – “História do Brasil” página 214: “Foi uma solução nada agradável, mas uma maneira de a sobrevivência da Coroa Portuguesa, os mercados econômicos e o ouro brasileiro”. Por fim, o plano contava ainda com o apoio da Inglaterra, além de representar uma vitória diplomática contra Napoleão, a conservação da autoridade real sobre o Brasil para o governo inglês significava a abertura das portas do comércio colonial as quais por seu turno ficariam bloqueadas para a França.

### **3.5. As providências econômicas tomadas no Brasil**

Chegando ao Brasil, D. João estabeleceu a Corte no Rio de Janeiro e em 1808 decretou a abertura dos portos às nações amigas dando fim na prática ao exclusivo metropolitano que até então restringia drasticamente o comércio do Brasil.

A vinda da Família Real ao Brasil também trouxe um novo fato histórico, a penetração britânica no Brasil para explorar o mercado interno.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo príncipe regente D. João ao aportar na Bahia foi a abertura dos portos da colônia às nações amigas, em 28 de Janeiro de 1808. Tratava-se de uma decisão inevitável, uma vez que os portos do reino estavam

ocupados pelo inimigo. Devia-se dar escoamento aos produtos da terra cujos direitos alfandegários representavam uma receita importante da Coroa. Pela falta de dinheiro aquela seria uma oportunidade de resgatar a economia. Beneficiou-se a Inglaterra, na prática, o único país europeu em condições de enviar navios ao Brasil, a qual, aliás, já incluía essa condição em uma das cláusulas dos acordos que tinham acertado a migração da família real portuguesa.

Modificou-se dessa forma, drasticamente, a condição colonial do Brasil. Segundo os termos da lei os navios e mercadorias do Novo Mundo podiam doravante zarpar em direção a qualquer porto estrangeiro com exceção daqueles da França e Espanha com as quais Portugal estava em guerra. Em contrapartida nos portos brasileiros as embarcações provenientes dos países amigos poderiam comerciar livremente desde que pagassem os direitos de entrada, correspondentes a 24%.

Essas disposições representaram um golpe terrível no reino para as casas de comércio e também para uma gama bastante variada de manufaturas que se tinham desenvolvido desde fins do século XVIII. Embora elas não ficassem excluídas do mercado do Brasil, tinham que passar a competir com os comerciantes e produtos de outros países, sobretudo ingleses. Isso quando não inviabilizava de todo as operações, forçava a redução das margens de lucro praticadas restringindo muito as possibilidades de acumulação da economia portuguesa.

Enquanto duraram as hostilidades com os franceses (1807-1811), a realidade dessa situação não se impôs aos habitantes do reino. Em seguida, porém, ainda por cima ocupado por tropas inglesas, cujos comandantes ditavam as decisões do Conselho da Regência, Portugal se viu em face de um abatimento cada vez maior. Na realidade de metrópole ele convertera-se na prática em colônia.

Por outro lado, a hegemonia da Inglaterra em relação ao comércio do Brasil ficou ainda mais consolidada com alguns tratados. Através deles, os negociantes ingleses obtiveram condições extremamente vantajosas em relação aos seus concorrentes europeus, inclusive os próprios portugueses, pois passaram a dispor entre outras prerrogativas de um porto franco na ilha de Santa Catarina, estrategicamente situada em relação ao comércio platino, e de uma redução nos direitos alfandegários para 15%. Embora as demais nações continuassem a pagar os 24% estabelecidos em 1808, esse valor era inferior até mesmo aos que pagavam as mercadorias de Portugal (16%) e independia de fazerem concorrência às produções nacionais ou não.

Ao instalar-se no Brasil, o governo português viu-se diante da necessidade de recriar ou reformar as instituições que asseguravam a administração do império. A administração judiciária foi desenvolvida com a criação de dois novos tribunais superiores (chamados de relações) no Maranhão (1812) e em Pernambuco (1821), e com a elevação da Relação do Rio de Janeiro à condição de Casa da Suplicação do Brasil. Também foram criados, entre outros, um Conselho Supremo Militar e de Justiça, o arsenal de marinha e escolas militares.

A posição do Rio de Janeiro como sede da monarquia portuguesa consolidou-se ainda mais após a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal, ocorrida em 1815, seguido pela coroação do príncipe regente, como D. João VI, em 1816, por morte da rainha D. Maria I, afetada das faculdades mentais desde 1792. Durante esses anos em que permaneceu no Novo Mundo, D. João empenhou-se em estimular o povoamento e a ocupação de novos territórios, em promover a centralização administrativa e em aprimorar as comunicações das várias regiões com a nova Corte.

Encarada inicialmente apenas como uma solução provisória em face da crise na Europa, a fixação da Corte no Brasil foi se enraizando e tomando ares de mudança permanente. Uma parcela dos imigrados envolvia-se em lucrativos negócios, obtinha terras de sesmaria e unia-se por casamento as famílias da elite local. Esta, por sua vez, buscava no soberano, agora acessível, os títulos honoríficos por que tanto ansiava. Além disso, na periferia da Corte, uma infinidade de cargos e ocupações se desenvolviam, para atender as famílias da nobreza. Desde a multiplicação dos criados e empregados inferiores na administração, até a dos professores, médicos e artistas.

Por outro lado, embora considerada pela elite local uma fonte de estabilidade e de tranquilidade em relação às divisões da sociedade do Brasil, o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro não deixou de provocar descontentamentos. Primeiro, do próprio reino, que agora se considerava colônia do Brasil. Segundo, daqueles cujos maiores interesses continuavam a residir na Europa e suspiravam pelos refinamentos do velho continente. Finalmente, das outras regiões da América portuguesa, em particular de Pernambuco e da Bahia, que se sentiam diminuídas diante do Rio de Janeiro. Essas tensões não deixaram de crescer e eclodiram, não só na revolta de 1817, mas, sobretudo, após 1820, no jogo de forças que conduziu à Independência de 1822.

Parece-nos que esse tipo de dependência com a Inglaterra expandiu-se, ganhou novas raízes no Brasil. O costume português de viver em curto prazo, sem pensar em investimentos em longo prazo, vivendo na mordomia foi também um legado

trazido pela família real para o Brasil. Nossas conclusões, a partir desse momento refletem o pensamento da maioria dos escritores e pensadores. Portanto, o Tratado de Methuen confirmou a dominação inglesa sobre Portugal e suas colônias, em especial o Brasil. Mais do que isso, impediu o desenvolvimento industrial lusitano e brasileiro, ao controlar seu abastecimento de têxteis usando a moeda de troca – o ouro brasileiro.

Os portugueses em posse do ouro brasileiro sentiram a oportunidade de em curto prazo solucionar seus problemas facilmente, sem se pensar que todo esse ouro poderia acabar no longo prazo.

## CONCLUSÃO

Constatamos nessa pesquisa bibliográfica que o Tratado de Methuen é ainda hoje controverso. Vimos isso na contradição de alguns historiadores. As suas conseqüências foram objetos de estudos e apaixonaram os historiadores dentro da História Econômica com divisão de opiniões. Tiveram, porém conseqüências incontornáveis originaram condições preferenciais para os vinhos portugueses no mercado britânico, levou à expansão da viticultura em Portugal e teve como conseqüência a demarcação, por Marquês do Pombal, nos meados do século dezoito, da região do Douro e a afirmação internacional do vinho fino, mundialmente conhecido por vinho do Porto.

Baseado em considerações geopolíticas, o Tratado de Methuen consolidou as relações entre dois países europeus atlânticos, com profundos interesses na África e nas Américas, principalmente no Brasil, em oposição ao domínio das potências continentais européias e permitiu consolidar a então emergente restauração de Portugal. Abrindo o mercado português aos têxteis ingleses, permitiu a consolidação da revolução industrial inglesa através do ouro descoberto em 1690 no Brasil, então colônia. Com isso concluiu-se que o ouro brasileiro tornou-se moeda de troca para pagar aos Britânicos. Automaticamente foi usado na Inglaterra para melhorar a balança comercial, o déficit econômico, a demanda populacional, os financiamentos para a Revolução Industrial. Porque:

O Tratado de Methuen teve um enorme impacto em toda a vitivinicultura européia. A região do Douro foi a primeira área geográfica demarcada para a produção de vinho, haja vista que essa prática era a única valorizada pelos portugueses em favor do Tratado de Methuen, assim como o ouro que veio do Brasil, uma forte ajuda a desestruturação ocasionada pela situação vivida.

Essa é uma análise também dos historiadores. Vamos nos permitir uma análise própria e comprovar o valor do ouro brasileiro como moeda nesse tratado. E mais, moeda que vai impulsionar a indústria, patrocinando a Revolução Industrial na Inglaterra, primeiro país da Europa a proceder ao novo pensamento econômico.

Sobre o caso do atraso português no desenvolvimento sobre o tratado que seria assinado entre Portugal e Inglaterra a conclusão serve como objeto de reflexão

para a nossa sociedade atual. Os aspectos econômicos e sociais não desapareceram com a independência em 1822, Nem atualmente. Essa é uma realidade.

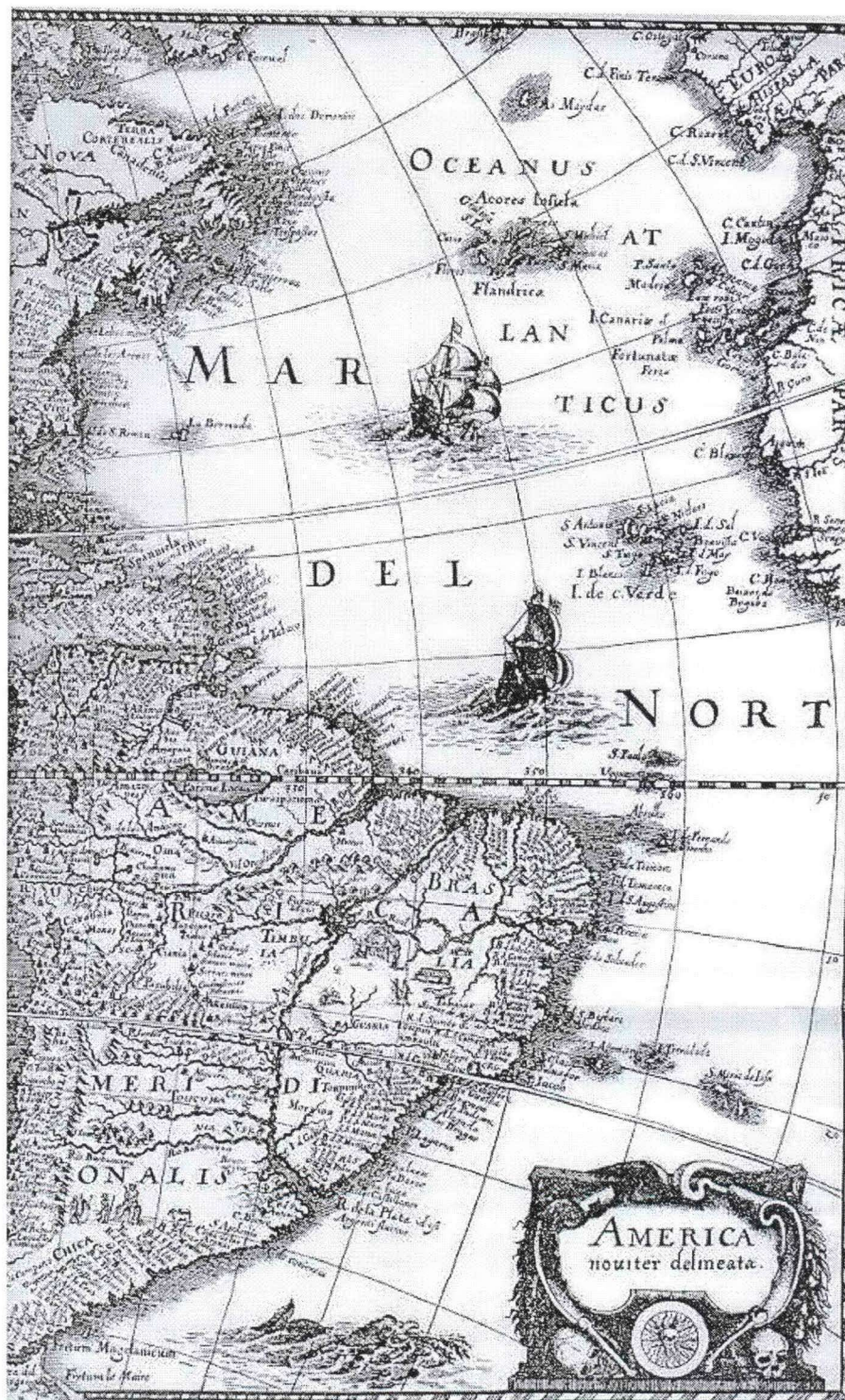
Em relação ao ouro extraído no Brasil, o minério foi enviado a Portugal na forma do imposto conhecido como *quinto*, que consistia em 20% de todo o ouro, reenviado à Inglaterra para cobrir o *déficit*. Foi escoado quase em sua totalidade para a nação inglesa, permitindo a acumulação de capitais por parte da burguesia inglesa bem como o crescimento do mercado local; ou seja, foi um fator essencial para a ocorrência da Revolução Industrial, que colocou a Inglaterra na liderança mundial. Claro que, para tal acontecimento, não se pode negar a influência dos próprios termos de Methuen: ao conseguir um mercado fiel aos seus tecidos, a indústria inglesa pôde desenvolver sua produção, criando as condições para acumular capital a ser reinvestido. Em troca de tantas vantagens, somente tiveram de ajustar seu paladar para consumir vinho do Porto, que era, de início, preterido pelos da França.

Portanto, afirmamos que o Tratado de Methuen confirmou a dominação inglesa sobre Portugal e suas colônias, em especial o Brasil. Mais do que isso impediu o desenvolvimento industrial lusitano, ao controlar seu abastecimento de têxteis, na metrópole e nas colônias controladas.

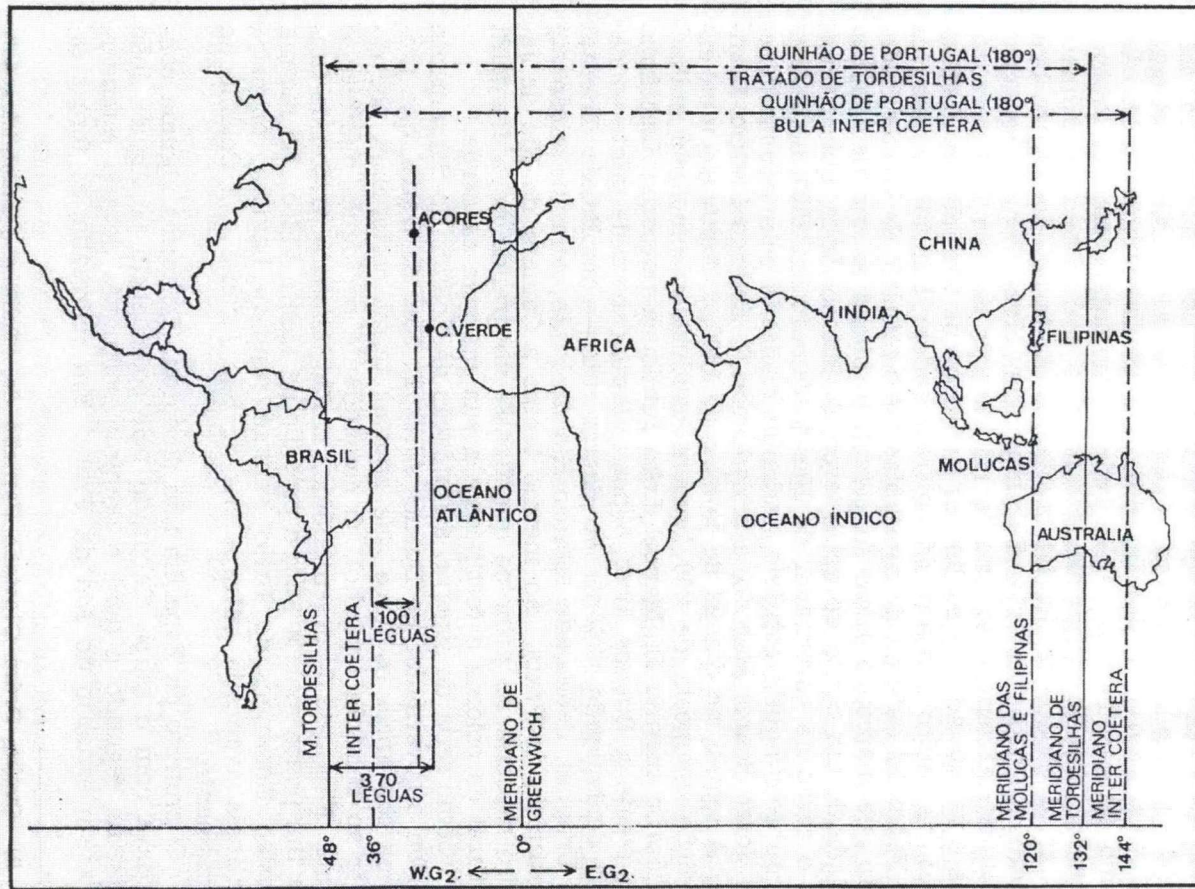
Em relação à fuga da Família Real portuguesa para o Brasil, concluímos que transformando a Colônia em Reino uma espécie de segundo reino de Portugal, agora em terras brasileiras. Reafirma ainda mais o nosso pensamento que o ouro do Brasil, que teve participação importante no Tratado de Methuen. Pois, mesmo com a presença da corte no Brasil, permaneceu a dependência econômica com a Inglaterra. E as providências tomadas a partir de 1808 no Brasil confirmaram a presença inglesa em terras brasileiras. Desse modo, o Tratado de Methuen abriu um importante canal para a transferência da riqueza produzida no Brasil para a Inglaterra.

## Anexos

Mapa de 1600. Domínio da União Ibérica. Museu do IHGP (Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá).

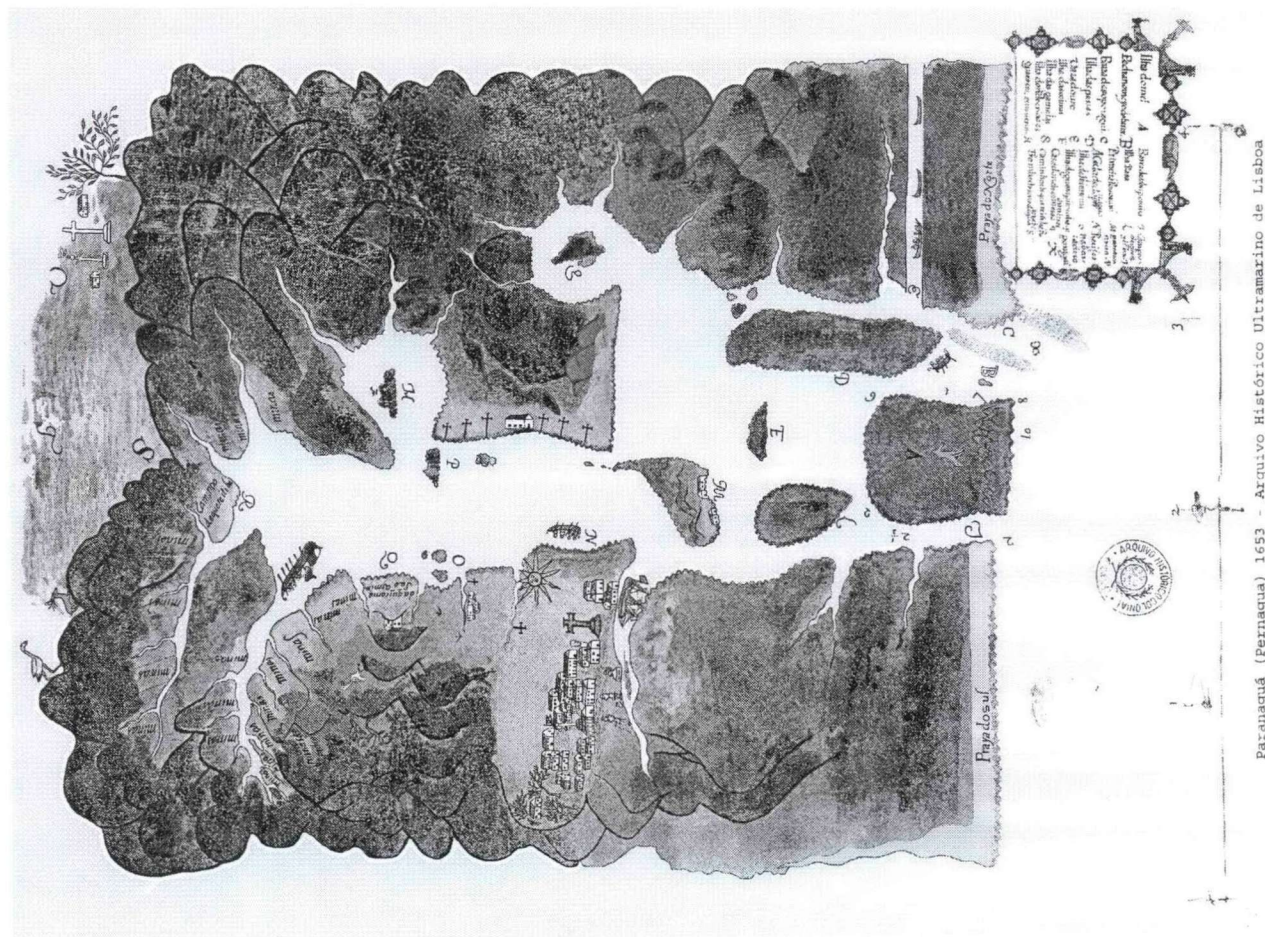


Mapa do Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha para a exploração das terras além oceano tenebroso (Atlântico). Museu do IHGP (Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá).



*Meridianos da Bula Inter-Coetera e do Tratado de Tordesilhas*

Mapa de 1653. Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. Arquivo FUMCUL. (Fundação Municipal de Cultura Paranaguá). As antigas Minas de Ouro, que compreende hoje o Litoral Paranaense e parte de Curitiba e os campos gerais.



## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Lúcio, J. **Épocas de Portugal Econômico**. Lisboa: Livraria Clássica, 1929.
- ALBUQUERQUE, P. **Pequena história de formação social brasileira**. São Paulo: Globo, 1980.
- CAMPOS, R. **Estudos de História: moderna e contemporânea**. São Paulo: Atual, 1988.
- BRUCK, F. **O Paraná é Assim**. 2ª ed. revista e ampl. Curitiba: Guairá, 2006.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: EDUSC/FAPESP, 2001.
- BURNS, M. & LERNER, J. **A História da Civilização Ocidental**. São Paulo: Globo, 1999.
- FERREIRA DE FREITAS, W. **A História de Paranaguá**. Paranaguá: Cavagnoli, 1994.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.
- GODINHO, V.M. **Os Descobrimentos e a Economia Mundial**. Lisboa, Ed. Presença, 4 vols., 1981-1983.
- KOSHIBA, L. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. Atual, 1993.
- MEIRELLES, C. **Romanceiro da Inconfidência na Poesia Completa**. Rio Janeiro: Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, volume único, 1994.
- PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- NOVAIS, F. **Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1967.
- RIBEIRO FILHO, A. **Paranaguá na História de Portugal – 1648 a 1822**. Paranaguá: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. 1967.
- SIDERI, S. **Comércio e poder: colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas**. Lisboa: trad. Port. 4ªed. Editora Cosmos, 1970.
- SIMONSEN, R. **História Econômica do Brasil**. 8ª edição, São Paulo: Ática, 1986.
- SODRÉ, N. **O Tratado de Methuen**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- VIEIRA DOS SANTOS, A. **Memória Histórica da Cidade de Paranaguá**. 1º Volume. Paranaguá: Cavagnoli, 1999.
- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. **Acervo de dados históricos e mídias**. Responsável Professor, Jorge D. dos Santos. Paranaguá, 2006.
- ALMANAQUE ABRIL 2000. **Mapas e mídias**. São Paulo: Abril Cultural, 2001.